

O time de  
OPINIÃO  
está na  
página 4



José Carlos Oliveira



Luiz Marques



Airton Soares

# EM TEMPO:

SEMÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 76 - Cr- 20,00 - 9 A 15 DE AGOSTO DE 1979

Série da  
esquerda  
brasileira  
pág. 7

Eis o que os trabalhadores devem preparar como resposta à crise,  
segundo resolução do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais:

## Greve geral contra a "economia de guerra"

Jesus Carlos

Página 5



Foi o primeiro encontro depois de 1964, entre sindicalistas de categorias diferentes da cidade e do campo. Na ordem: Alemão, Lula, Arnóbio "Bananeiro", João "Petroleiro", Arnaldo Gonçalves, Olívio Dutra e Afonso "Padeiro"

... a acirrada controvérsia sobre a criação de novos partidos, como o PT...

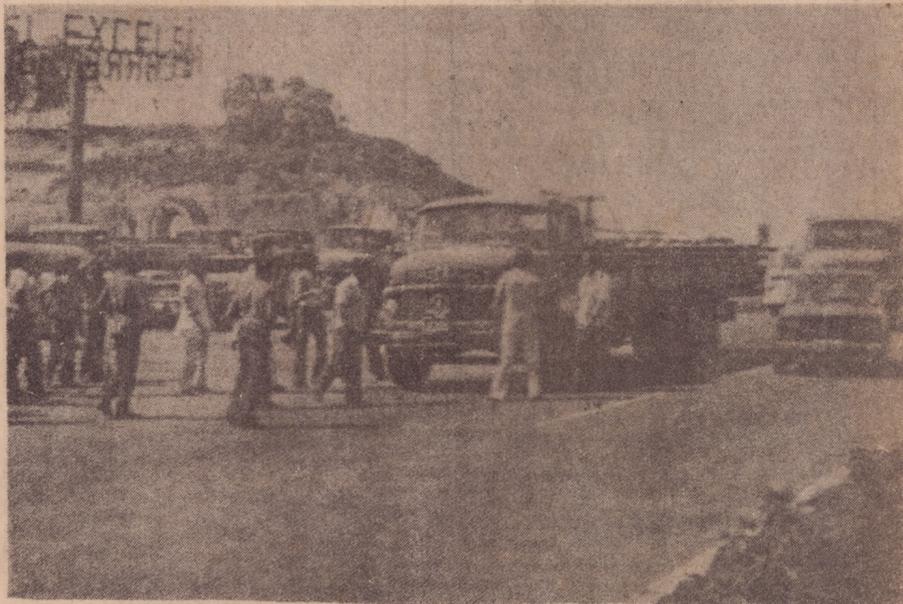


Em debate, as teses dos economistas Beluzo e João Manoel



... e a busca da unidade na luta pelo fim de ditadura

### Carreiros seguraram a gasosa Professores: 110 mil em greve



A Lei de Segurança Nacional não intimidou os carreiros em Minas e São Paulo  
Página 9



O professor Godofredo Pinto, da SEP, defende a continuidade da greve  
Página 8

### PC OU PT?

Sindicalista conchama militantes do Partido Comunista a deixarem o MDB e entrarem para o Partido dos Trabalhadores. Isto também aconteceu no Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais em Niterói. (Página 7)

Mas não foi só. O PT já chega ao campo: sindicalistas rurais defenderam o PT em Niterói. (Página 6)

E mais: um relato sobre como andam as articulações pró-PT em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. (Página 7)

### Mudança no Partido Comunista

Estamos em 1956. Na União Soviética, realiza-se o XXI.º Congresso do PCUS. Aqui no Brasil, na Zona Leste de São Paulo, um dirigente stalinista é afastado de suas funções. É o que nos revela Antonio Carlos Felix Nunes em mais um capítulo de suas Memórias. (Página 8)

### BOLÍVIA

Militares deixam o governo. Veja como fica o país que tem mais golpes de Estado em sua história do que anos de independência.

Página 11

MPB  
Fernando Brant  
lembra  
João do Vale  
Cultura na página 10

Marcuse:

## Do socialismo científico ao socialismo utópico

"É preciso sonhar mas com a condição de se crer em nosso sonho, de examinar com atenção a vida real, de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia" (Lenin)

Por Olgária C. F. Matos

Herbert Marcuse, nascido em 1898 em Berlim, guardou até a última de suas obras uma espartosa juventude. Militante do Partido Social Democrata alemão, participou da Revolução alemã de 1918 como membro do Conselho de Soldados; nele permaneceu até a derrota da revolução e o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht quando rompeu com a social-democracia. A partir de então, deu prosseguimento a seus estudos, não mais retornando à militância diretamente política.

Sua carreira acadêmica tem início sob a influência de Husserl e Heidegger, principais figuras do pensamento fenomenológico. Escreve, em 1932 a *Ontologia de Hegel*, onde vacila entre Heidegger e a herança filosófica do marxismo. Em 1941 viria a publicar *Razão e Revolução* dado que "a ascensão do fascismo em nossa época exige uma reinterpretação da filosofia de Hegel. Esperamos que a análise aqui apresentada demonstre que os conceitos básicos de Hegel são hostis às tendências que levaram à teoria e à prática fascistas".

A partir de 1932 quando de seu encontro com Adorno e Horkheimer participa do Instituto de Pesquisas Sociais que está nas origens da chamada Escola de Frankfurt. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, exila-se nos EUA com outros membros da Escola. Desenvolvem aí a "Teoria Crítica da Sociedade".

Marcuse analisa a sociedade moderna, onde se dá a transformação perpétua da agressividade em produtividade. Toma para si a visão freudiana da civilização como "repressão fundamental das pulsões", como luta entre o "princípio de prazer" e o "princípio de realidade". Para Freud, a necessidade de renunciar à satisfação de desejos e pulsões se dá no reino da penúria que determina a transformação do corpo em força de trabalho. Marcuse vai deslocar o eixo da análise: a sociedade contemporânea é dominada pelo "princípio de rendimento", pelos constrangimentos suplementares que se prendem à dominação social, à "mais repressão". Esta se torna constitutiva da sociedade moderna, que se encontra em estado de "contra-revolução preventiva", permanentemente mobilizada contra todo adversário, graças a uma economia de guerra e de super-produção, o que permite, ao mesmo tempo, elevar o nível de vida intensificando a repressão.

Na moderna sociedade industrial, prometeu é a imagem que habita nosso inconsciente: herói que se revolta contra os deuses, que domina as forças da natureza e cria a civilização. Ele simboliza o trabalho, o progresso pela repressão; é o arquétipo da civilização de rendimento, o rival de Pandora, símbolo da sexualidade e do prazer.

A sociedade produtivista, agressiva e competitiva cria falsos desejos e falsas satisfações, aumentando a alienação de indivíduos que não têm consciência dela. A "tolerância repressiva" da sexualidade faz parte da integração social.

No entanto, Marcuse se afasta de Freud na medida em que de sua análise da alienação faz decorrer um projeto de desalienação social, na trilha de Marx: a organização repressiva das pulsões, tal como as descreve Freud, na forma da divisão social do trabalho e do "progresso da civilização", tende a se tornar artificial quando começa a ser possível eliminar a penúria e a dominação. As condições estão dadas para a existência da sociedade de abundância, para que o tempo livre seja a medida do tempo de trabalho e não mais o tempo de trabalho a medida do tempo livre. Nestes termos, a única instância do indivíduo que escapa à jurisdição do princípio de realidade e que resguardou a "Grande Recusa" da repressão, da exploração e da dominação é a Imaginação: "as formas da liberdade e da felicidade que ela evoca também a libertar a realidade histórica". Jogo, prazer, liberdade, sonho desperto, eis a imaginação. Aqui se encontra a importância da revolta dos jovens: revolta estética, ética e erótica contra o sistema e seus valores, fonte de uma nova sensibilidade e de novos desejos, irconciliáveis com o mundo do capital, o mundo da divisão social do trabalho que "despedaça e metamorfoseia o indivíduo em mola automática de uma operação exclusiva reduzindo-o a um fragmento de seu próprio corpo (Marx)".

Neste contexto é que Marcuse procura analisar o aparecimento da "nova esquerda". Apesar das críticas a esta esquerda - que se constitui particularmente nos EUA em um período de hegemonia da contra-revolução, ela exprime, sob forma abstrata, a oposição aos partidos de massa burocráticos e autoritários, coloca a questão do entrelaçamento da rebelião pessoal e da rebelião política, da libertação do indivíduo e da revolução social. Aqui se unem a arte, o imaginário, os sonhos e desejos.

Marcuse não pretende que suas abordagens signifiquem uma resposta política imediata às questões levantadas; o que a Teoria Crítica propõe é ir o mais longe possível na procura desta solução. Deste ponto de vista é que a imaginação surge essencialmente como contestação da ordem estabelecida e do princípio de rendimento, ao qual opõe a sua própria gratuidade. Há, pois, em Marcuse, o delineamento teórico do poder subversivo daqueles que recusam pactuar com um mundo no qual estão confundidos bem-estar e opressão, liberdade e barbárie. A posse e a satisfação das necessidades da vida são o pré-requisito, e não o conteúdo de uma sociedade livre. O reino da necessidade, do labor, da alienação e do sofrimento não é o da liberdade. Quanto ao socialismo, só tem sentido se corresponder a uma existência diferente a desejos e necessidades qualitativamente novos, onde os indivíduos "vivam seus sonhos e sonhem suas vidas". Isto está expresso em *Eros e Civilização*. É uma visão de Eros (ao mesmo tempo sensibilidade e Razão), cujos poderes "são concebidos não como destruição mas como paz, não como terror mas como beleza": "é a renúncia do prazer, a paralisação do tempo, a absorção da morte".



## O discreto charme do governo Figueiredo

No governo Médici, foram utilizadas muitas fórmulas para manter o povo afastado das decisões, sem nenhuma possibilidade de participação política e muito menos de usufruto econômico do pretense milagre brasileiro. Futebol, repressão e propaganda foram o prato do dia por muitos anos. Se isso tudo não está sendo repetido agora, parece que as intenções governamentais não mudaram: membros do governo Médici, entre os quais o horrível Delfim Netto, são membros também do governo atual; o próprio presidente parece ir tomar a bênção — de vez em quando — do ex-ditador: os torturadores do governo Médici entram na anistia de Figueiredo e, para completar, está voltando à cena a dupla Dom e Ravel, cantores símbolos do período Médici. Na semana que passou, a dupla estática esteve em

Brasília cantando para o general Figueiredo, talvez anunciando uma velha era que volta: Dom e Ravel para o povo (ou será contra o povo?). Mostrando que a dupla inspira atitudes típicas da era medieval de Garrastazu, logo de cara Figueiredo ameaçou quebrar o gravador de um repórter ("eu quebro essa coisa aí"), depois voltou ao presente, deixando o repórter voltar ao passado, lembrando feliz os seus tempos de coronel, em que fazia seus comandados cantarem uma música da dupla colaboracionista logo depois do Hino Nacional. Quem já está preparando sua lua-de-mel com a democracia, só tem que ficar com a pulga atrás da orelha: se há coisa que não dá pra ter saudade, é do governo Médici. E o Figueiredo está saudoso demais. Arreda, capeta!

(RVN)



## Delfim e as vitaminas

O Delfim Netto, que como ministro da Fazenda não conseguiu matar totalmente o povo brasileiro, está mostrando que continua com as mesmas intenções e até com as mesmas explicações forjadas. Como criava os índices de aumento do custo de vida antes, agora ele cria versões com a mesma falsidade e com a mesma carga de ódio contra o povo. Para não faltar manteiga para a sua querida classe dominante (ou será para mais um tango em Paris?) mandou tirar mais um pouco do que restava de gordura no leite tipo C, que é consumido pelos odiados (por ele) trabalhadores. Com isso, um terço da vitamina A contida no leite vai para a manteiga dos ricos. E a falta de vitamina A é uma das coisas que

provocam muitas doenças (a grande quantidade de cegos no Nordeste, por exemplo, é em grande parte provocada por isso). O ministro da Saúde grilou, pois não há ministério que possa consertar uma coisa que o Delfim faz questão de estragar. Delfim não gostou do estrilo do ministro da Saúde e já encomendou aos seus "técnicos", como fazia como ministro da Fazenda, dados forjados para "arrasar argumentos do Ministério da Saúde". E talvez consiga provar que está certo, como conseguiu no governo Médici provar que a inflação foi de 12%, quando na realidade tinha sido de mais de 40%. Delfim só folgará quando assassinar seu grande inimigo, o povo.

(JN)

## EDITORA APARTE S/A.

### CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alili, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadal, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

### JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável e Secretário de Redação: Robinson Ayres.

Editor-Geral: Carlos Tibúrcio.

EDITORIAS: Nacional: F. Pereira, Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alili, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Maria Candida, Reilton Fracalossi, Se-

## Deitando e rolando

Quando é para aumentar os salários dos professores e dos funcionários públicos em geral, Maluf não tem dinheiro. Mas, quando é para ele aparecer, aí a grana não falta.

Tanto é que Maluf já não se contenta em criar a sua capital, Salimburgo, e falou em fazer mais dez cidades no estado. Os nomes dessas cidades provavelmente serão: Lutfalla City, Santo Adhemar, Atalópolis, Maluftuba, Mama-taquara, Porcentagem, Malufinia, Malufópolis, Malufândia e Lupônia.

Há dinheiro demais em São Paulo, e vergonha de menos.

(MBS)

## E' o Cals

E o César Cals, hem? Em sua ansia de bem servir (a quem lhe interessa), o Cals quer agora proibir o licenciamento de carros com mais de dez anos de idade. Perfeito! Num país como o nosso falta dinheiro mais o mais importante é agradecer as multinacionais, a proposta do Cals é caótica ou seja, ideal.

Além de teoricamente os carros de dez anos aguentarem um pouco ainda (o que seria uma economia para o consumidor e uma venda a menos para as indústrias automobilísticas), eles têm o defeito de gastarem pouca gasolina (como o Volks 1200), o que torna esses automóveis insuportáveis para o Cals.

Nunca houve um nome mais acertado para um ministro.

(MBS)

# ger

## Fazendo o que o chefe manda

Por um momento, pareceu que a Arena deixaria de ser um mero obedecedor de ordens do governo, quando aceitou a proposta do deputado Edson Khair (MDB-RJ) de que a comissão encarregada de estudar o projeto de anistia visitasse os presos políticos, conversasse com eles antes de tirar suas conclusões.

Mera ilusão. Se os anistas fossem aos presididos, veriam que os terroristas não estão lá e sim por aí, sequestrando opositores de regimes ditatoriais, matando operários, torturando. Isso não pode acontecer.

## Malufice

O secretário estadual de Esportes e Turismo, Otávio Celso da Silveira, teve 5 de seus 6 filhos nomeados em órgãos do governo, depois que ele assumiu a pasta. E mais: o 6º só não entrou na mamata porque ainda é muito novo. Para terem uma noção do tipo de emprego dado a eles, o que ganha menos está com um salário de 55 mil.

Desse jeito, só mesmo descobrindo petróleo o Maluf vai conseguir sustentar sua gang. Ou então, não dando aumento nenhum aos funcionários que entram através de concurso, o que aliás ele já vem fazendo. A pouca vergonha não tem mais limites.

(MBS)

(RVN)

## Instituto de Devastação Florestal

O IBDF, que todo mundo julga chamar-se Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, na realidade deve chamar-se Instituto Brasileiro de Devastação Florestal. Não chegam os estudos pré-devastação que o apocalíptico instituto promove na Amazônia, ele resolveu partir para a prática destrutora também em Minas Gerais.

Minas Gerais é um dos

estados mais desmatados do país, e o rio São Francisco — que se não tivesse represas reguladoras já seria um rio temporário — é uma prova disso, está com a vazão completamente desregulada.

Mostrando que nem só o Francolino está a fim de acabar com Minas, o próprio IBDF, que deveria estar cuidando de conservar o que resta de mata por lá, autorizou fazendeiros a

atearem fogo na Serra da Canastra, justamente onde nasce o rio São Francisco. A imprensa e o povo desapercebidos com esse crime ecológico (e a longo prazo humano também), pediram até que o Exército fosse lá combater o fogo, mas o pedido deveria ser para combater o IBDF, órgão que está cada vez mais altamente suspeito. Esses caras não pegam cadeia não?

(MDS)



Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Orlando Guilhon Braga. Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Adélmo Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

COLABORADORES: São Paulo: Letânia Menezes, Jorge Batista, Tibério Canuto, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Júnior, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Rita Kehli, Recife: Cecy Prestello, Orlando Mindello; Aracaju: David Dantas; Campinas: Maria Alice; João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos; Natal: Cláudio; Macaé: Régis Cavalcanti; Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35-7773. Redação: Rua Mateus Grou, 571 Pinheiro — São Paulo — CEP 05410 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio SP-BH-Brasília-Vitória). Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42-RJ) — Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo, Rua dos Talianos, 463 — Telefone: 221-6929.

# aiis

## O apoio gaúcho à Nicarágua

Nesta semana, o Comitê de Apoio à Reconstrução da Nicarágua, núcleo de Porto Alegre, terá audiência com o Governador do Estado. O núcleo, originalmente "Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores e ao Povo da Nicarágua", formado por estudantes nicaraguenses, Centros Acadêmicos, DCE-UFRGS, Convergência Socialista e outras entidades, até a tomada do poder pelos sandinistas desenvolveu campanha de coleta de fundos e roupas e alimentos em solidari-

riedade ao povo da Nicarágua.

Agora, o Comitê tem-se reunido semanalmente para manter outras atividades e conseguir recursos para enviar o material recolhido à população. A audiência com o Governador do Estado visa solicitar transporte aéreo dos gêneros recolhidos e para os voluntários que têm se inscrito junto ao Comitê para irem à Nicarágua, auxiliar na reconstrução do país. Na última reunião realizada no DCE-UFRGS várias pessoas se inscreveram com esse

objetivo. Dois economistas, um médico, um técnico eletrônico, um engenheiro agrônomo e alguns estudantes cursando os últimos anos de Faculdade. O Comitê, além de transporte gratuito, buscará também, junto as autoridades a isenção do pagamento dos 25 mil cruzeiros exigidos para que qualquer cidadão possa sair do país. O núcleo entra contra-se também em contato com os demais núcleos organizados no país, com objetivos semelhantes. (SUCURSAL de Porto Alegre)

## O assassinato "isolado"

Na madrugada de domingo passado foi assassinado em Juiz de Fora um estudante do segundo ano do curso de mecânica do Colégio Técnico daquela cidade. O estudante havia sido acusado, juntamente com um amigo, de assaltante. Detidos pela polícia eles foram encaminhados ao posto de policiamento ostensivo da estação rodoviária de Juiz de Fora, onde foram interrogados e libertados, dada a total ausência de provas contra eles.

Quando já se encontrava na plataforma de embarque, o estudante Sérgio de Souza foi novamente detido por um recruta, le-

vado outra vez para o posto de policiamento, onde recebeu à queima-roupa um tiro na cabeça. Hospitalizado, o estudante faleceu na manhã seguinte.

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora divulgou uma nota denunciando a impunidade do criminoso, pois nem mesmo a pericia do local do assassinato foi feita com rigor. O Comando da Polícia, por sua vez, limitou-se a afirmar que esse é um fato isolado. Só no Brasil mesmo é que esses fatos "isolados" conseguem acontecer aos montes toda semana. (JG)

## O feiticeiro reclamando do feitiço

Até o Geisel, que não tem mais nada a ver com o governo e nunca teve com o povo paulistano, já não aguenta mais as frescuras demagógicas do Maluf, o apocalipse de São Paulo.

Maluf insiste em cavucar onde pesquisas dizem que não tem petróleo e isso irrita muita gente. Mas, acontece que Maluf não está procurando petróleo, só quer aparecer e — de quebra — ganhar algum nessa de procurar chifre em cabeça de cavalo. Em cada lugar que ele chegar, apontar a perfuração e gritar "abre-te Sésamo", nenhuma caverna cheia de rique-

zas petrolíferas (e com 40 ladrões) será aberta, mas no mínimo 40 cargos de confiança muito bem remunerados para 40 delegados da ARENA e adesistas do MDB aflorarão, para deleite e desfrute da súcia malufiana.

E o Geisel não tem o que reclamar, pois foi o pacote de abril, criado por ele mesmo, que possibilitou não só essa desgraça mas muitas outras (exemplos: Francoelino em Minas, Chagas no Rio, Amaralzinho no Rio Grande do Sul, Eurico Rezende no Espírito Santo etc.). Quem tem que reclamar é o povo paulista que está sustentando essa trolha toda. (M.B.S.)

## Um arenista de estilo dentro do MDB

No 1.º de maio, enquanto mais de cem mil trabalhadores se reuniam num campo de futebol de São Bernardo do Campo (SP), num município vizinho, Santo André, também na Grande São Paulo, o prefeito Lincoln Grilo preferiu emprestar o estádio municipal de futebol para as comemorações oficiais do governo. Apesar de teoricamente ser do MDE, e da oposição estar favorável aos operários em litígio salarial, o prefeito de Santo André preferiu procurar ajudar o governo em suas comemorações com os pelegos.

Isso não foi obra do acaso e nem uma coinci-

dência. O prefeito Lincoln Grilo é assim mesmo. O seu estilo é totalmente arenista, adesista, governista. E para comprovar isso, ele mandou e a sua submissão câmara de vereadores casou (cassou!) um vereador do MDB.

A alegação é simples: ofendeu o decoro parlamentar porque criticou a submissão da câmara ao prefeito. E a câmara provou que era mesmo submissa obedecendo seu chefe adesista. Pior ainda, provou não ter o mínimo decoro parlamentar. Oposicionistas desse tipo, é melhor passarem logo para a Arena. (RVN)

## convites

### Anistia

No próximo dia 13, segunda-feira, vai ser realizado o I Encontro dos Ex-presos políticos de São Paulo, mais uma manifestação no rumo da conquista da Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

O encontro conta com a adesão da Comissão Justiça e Paz, do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Movimento Feminino pela Anistia. O local do encontro é o Teatro Ruth Escobar, rua dos Ingleses, 309 — Bela Vista.

### Araguaia

A Livraria Capitu, de São Paulo, acabou de lançar o livro "Nós do Araguaia", sobre o trabalho desenvolvido por D. Pedro Casal da liga naquela região. "Nós do Araguaia" é de autoria de Edilson Martins.

No próximo dia 15 a Capitu vai promover o lançamento do livro "Sementes de Anistia", escrito por Terezinha Zerbini, dirigente do Movimento Feminino pela Anistia. A Capitu fica na Rua Pinheiros, n.º 339

## Comércio de manequins

O SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, é um órgão encarregado de formar profissionais para trabalhar no comércio. E forma mesmo, só que — segundo nos informa o jornal Reporter n.º 20, não é bem o tipo de comércio que se poderia esperar.

O jornal denuncia que no dia 5 de julho na boate Régine's (R. de Janeiro), de propriedade da "cabareteira internacional" Rézine Choukron, numa sub-rubá milionária em que a cocaina corria solta, 15 manequins do SENAC foram pintados de dourado para, semi-nus, carregarem cestas de frutas, guirlandas de flores e candelabros acesos.

É esse o seu comércio SENAC? (MBS)

## A torpeza e a medicina

Ha uma norma em direito que diz: "ninguém pode alegar a própria torpeza". Em Minas Gerais, entretanto, parece que tem muita gente "fina" que desconhece tal norma. Foi o que aconteceu nas eleições para o Conselho Federal de Medicina, realizadas no dia 24 de junho, nas quais a oposição saiu vencedora.

O candidato da chapa de oposição foi o conhecido médico Célio de Castro, juntamente com seu colega Glauco Mendes Franco, e apoiava-se no trabalho de organização da classe junto ao Grupo de Estudos Médicos. Sua candidatura, entretanto, não era do agrado de importantes figuras da medicina mineira, que viam nela a ascensão de propostas diferentes da medicina elitizada que defendem.

Do outro lado, a resposta não tardou. Aglutinando médicos vinculados ao Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Associação Médica de MG e Conselho Regional de Medicina, foi lançada a candidatura do Dr. Fábio Fonseca (ex-deputado federal e ex-dirigente do Clube Atlético Mineiro). O que se assistiu a seguir foi uma campanha onde não faltaram alguns lances pouco condizentes com a posição "ilustre" que alguns destes senhores ostentam, em que chegaram a enviar em envelopes do próprio CRM a propaganda do Dr. Fábio Fonseca.

Finalmente, ocorreram

"falhas" no processo de organização das eleições por parte do CRM. Houve colagens do interior que só receberam cédulas do Sr. Fábio Fonseca para votarem. Apesar de tudo, a apuração registrou a vitória de Célio e Glauco, com uma diferença de 1011 votos, sendo que foram anuladas duas urnas por conterem mais votos que votantes. Para estes, foram marcadas novas eleições para o dia 31 de julho, quando novamente o resultado referendou o nome de Célio. Ainda não satisfeitos, os partidários do Sr. Fábio Fonseca entraram com recurso junto ao Conselho Federal de Medicina, alegando que as eleições não haviam respeitado o prazo de 30 dias, que faltava no edital a palavra "suplente" e que não se deveria ter convocado eleição suplementar para as duas urnas anuladas. Este novo episódio — lamentável, diga-se de passagem — só demonstra que a polidez, a "finesse", o aristocrata da burguesia só vale quando o adversário está batido de antemão. Quando a coisa fica preta, perde-se a compostura como qualquer simples mortal.

Numa eleição preparada, organizada e controlada pelos partidários do Sr. Fábio Fonseca alegar irregularidades neste processo com o objetivo de impedir a posse do candidato eleito, é mais que alegar a própria torpeza, é oportunismo deslavado. Mais compostura, gente! (V.B.C.)

## Diz Pichação



## A Justiça falha e tarda

O coronel Mário Andreazza, ministro do Interior, recebeu notícias de invasão de terras dos índios guajajaras, no município de Barra da Corda, Maranhão, e fingiu que levou a sério: foi lá ver. Não viu (o que também fazia parte da denúncia) nenhum índio morto pelos brancos (na certa já estavam enterrados), mas viu feridos.

Andreazza, considerando que "a tensão na área é

muito grande", mandou brasa nas providências: os invasores começaram a ser retirados da reserva indígena dentro de 6 meses. Ora, ministro, que acha de alguém invadir sua casa e a justiça avisar que dali a seis meses vai começar a tomar providências? Vai ser cara de pau assim no inferno. Nesse tempo não sobrará nenhum índio vivo. (R.V.N.)

## Roubo de rico

Pobre quando rouba, por fome ou qualquer outra necessidade, é ladrão. Pega cadeia, pau-de-arara, morre apunhando ou conhece outras diversões policiais nada agradáveis. E no dia seguinte ainda aparece nos jornais como "perigoso bandido" ou coisa parecida.

Rico, ao contrário, mesmo roubando muito mais, é no máximo cleptomaníaco, colecionador ou teve uma "impulsão". E os jornais se calam.

Isso tudo é para lembrar que nesta semana 2 ladrões foram pegos e seus nomes omitidos dos jornais diários (nem nós sabemos, ou os

tascariamos aqui, para delírio da plebe). Primeiro foi uma mulher da "alta sociedade" brasileira, em Nova Iorque, garfada apanhando joias. Depois, foi um cara que estava fazendo de mala com objetos de arte do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, cujo nome foi omitido "por tratar-se de figura de projeção nos meios sociais".

Então, o negócio é este: roubou por necessidade, esquadra da morte nele; roubou sem precisar, ah, era apenas uma brincadeira. Pau nos ladrões ricos!!! (RVN)

# istoai

## Economia está à beira da falência

O "segundo pacote de abril", como ficou sendo chamado o conjunto de medidas anti-inflacionárias que o governo baixou 3 meses atrás, gorou. A inflação atingiu 25% no 1.º semestre, ameaçando chegar ao final do ano em 60%; julho ficou com uma alta dos preços da ordem de 4% e é daqui para frente que virão os efeitos do aumento do preço de combustíveis.

No plano externo a situação não refreca nada. Para o final do ano o déficit comercial esperado é de 2 bilhões de dólares, a dívida externa bruta chegará a 50 bilhões com o serviço da dívida comendo cerca de 70% do total das exportações. O governo tem cercado de maior sigilo possível as discussões no Conselho Monetário Nacional sobre o assunto.

O país está à beira da falência: é o diagnóstico sigiloso. E sem alarde, de maneira encoberta, o governo está já renegociando a dívida externa: incentiva a todos a tomada de novos empréstimos em melhores condições de prazo que os vigentes, cancelando estes. O Tesouro dá o aval necessário o que significa renegociação debaixo do pano. Este ano as amortizações mais juros chegarão aos 10 bilhões de dólares e se nada mudar espera-se para 80 que esta cifra atinja os 12 bilhões.

## Espanholização ou mexicanização

A visita do 1.º Ministro espanhol Adolfo Suarez suscitou novamente especulações em torno do modelo de "abertura" que Golberri e Figueiredo estão ensaiando. Suarez defendeu a tese da anistia parcial: "anistia irrestrita é uma 'trampa', ou seja um 'engodo' disse ele. Na Espanha também fizemos a coisa em duas etapas para evitar que os 'criminosos de sangue' contra-atacassem ao Estado. Partidos? Hoje são mais de 200 legalizados, responde Suarez, acrescentando que gradativamente o Partido Comunista foi sendo legalizado no início de 77. Os PCs na legalidade se tornam extremamente conservadores e até defensores de uma certa legalidade burguesa, comentou com os jornalistas.

Aqui no Brasil parece que a anistia virá em duas etapas, e que o PC também será legalizado. Mas os planos do Planalto estão muito mais para a mexicanização do que para a espanholização: o governo quer seu partido quase típico, e o PC, tão logo o governo começou a cogitar sua legalização em 74, sofreu dois anos de intensa repressão que visava debilitá-lo ao máximo para a hora da largada.

## Ministro mija fora do pinico

O progressismo do Sr. Rischbieter, querendo a todo custo acabar com a selvageria de nosso capitalismo, com a orgia financeira e com a inflação subiu-lhe velozmente à cabeça. A propósito da reforma bancária que está em vias de definição ele falou: "se continuar a situação atual acabaremos chegando a um ponto extremo. Ou se estatiza o sistema financeiro, como praticamente ocorre na França, ou se abrem as portas ao capital estrangeiro... se o sistema não for conveniente ao país, poderá acontecer no futuro algum governo que estatize o sistema financeiro. É curioso que isto tenha ocorrido em vários países em épocas de crise".

A Federação Nacional dos Bancos contra-atacou com veemente nota pondo a cabeça do Sr. Rischbieter a prêmio dentro da tão falada reforma ministerial que estaria por vir proximamente. E o jornal Estadão repicou em editorial: o Ministro falou em "tom de pilhéria, mas de pilhéria de mau gosto... Estabilizar o sistema financeiro significaria tornar o Brasil um país socialista".

O episódio, para além do pilhérico, serve de indicador da intransigência que o Ministro vem sentindo junto aos banqueiros para baixar a inflação.

## A luta entre o bem e o mal

O general Milton Tavares, o novo comandante do II Exército, está tentando o máximo para limpar sua barra. É que ele é famoso como notório integrante da linha dura do atual Alto Comando por ter sido, entre outros, o criador do Centro de Informações do Exército-CIEEX.

Em entrevista recente ele declarou: "quando a revolução foi feita não passou pela cabeça de nenhum de seus chefes que se iria estabelecer uma ditadura militar" (sic). O que equivale a uma confissão sobre o caráter do regime que ali está. Franqueza! nota 10 para o general. Mas porque general? A ditadura deve-se à luta entre o Movimento Comunista Internacional e o mundo livre... e enquanto esta luta estiver em curso haverá conturbação. Ou seja, a ditadura continua...

## MDB: uma federação mesmo?

Diante do refluxo das articulações partidárias oficiais, agora que o governo insiste em ficar mesmo com o Arenão através do instituto das sublegadas, a oposição parlamentar, generalizadamente, voltou a entoar também o canto da unidade do MDB.

Brizola com os trabalhistas falam mais realisticamente de um estágio preliminar dentro do MDB, antes de sua largada própria, de data incerta. Os autênticos, acham cada vez mais remoto um partido à luz do Encontro de São Bernardo — a tendência agora é compor também com os "liberais sinceros" — e aceitam simplesmente se articular melhor enquanto grupo dentro do MDB.

Numa reunião no último dia 7 estes parlamentares prepararam um documento definidor do grupo: luta pela reforma agrária, defesa da cultura e da economia nacionais, defesa da Amazônia, autonomia e liberdade sindical, anistia ampla, geral e irrestrita, constituinte, todos estes pontos voltados para a conquista de "uma democracia substantiva em defesa da maioria marginalizada".

Com esta plataforma e com uma estruturação mais orgânica, o grupo pretende partir para a ofensiva de acao, ainda que dentro do MDB.

Reconhecendo esta realidade, o senador Tancredino Neves está propondo que todos oposicionistas se unam dentro do MDB definitivamente, embora cada grupo se articulando com autonomia de ação, numa verdadeira frente democrática, que o MDB nunca chegou a ser. Deixando de lado os desmêritos da proposta, é óbvio no entanto que ela contraria os planos do regime de dividir a oposição. Portanto, algum novo lance deve partir breve do Planalto.



# opinião



## José Carlos de Oliveira Vila Bethânia e os caminhos da oposição

A eclética composição do Encontro de Vila Bethânia, em Porto Alegre, não poderia apresentar resultados superiores ao documento final. (Ver E.T. n.º 74). O texto, aprovado por unanimidade, foi um avanço programático em relação à tónica das palavras de ordem do MDB parlamentar. Esse avanço, é claro, não elimina a distância entre a "intenção e o gesto" que marca de forma indelevel a oposição parlamentar.

Se um dos objetivos da reunião, principalmente dos parlamentares emedebistas, era conter o avanço da articulação trabalhista, no RS, isto foi alcançado em parte, pois a representatividade dos movimentos de base lá presentes é inquestionável. Os pontos programáticos aprovados, da mesma forma, superam de longe as generalidades social-democráticas das decisões tomadas em Lisboa pelo PTB. A crítica ao sindicalismo atrelado, a definição anti-imperialista e anti-capitalista, o problema da terra são respondidos em Vila Bethânia com maior clareza e correção, numa perspectiva dos trabalhadores.

Para algumas lideranças sindicais, para os articuladores do debate e organização do PT e os socialistas, a reunião foi significativa. Evidenciou não apenas uma hegemonia desses setores nos debates, como a potencialidade dessas posições crescerem como uma alternativa cada vez mais real e concreta para os setores explorados da sociedade.

A distância entre a intenção e o gesto, porém, não pode ser esquecida e nos iludirmos com o avanço dos pontos programáticos aprovados em Vila Bethânia. A efetivação dessa plataforma passa necessariamente por formas orgânicas mais definidas, nas quais os compromissos entre os parceiros precisam ser respeitados. E, aí as dificuldades afloram da maneira mais gritante.

### Como manter a unidade das oposições

A tónica dos parlamentares presentes foi a de manter a "unidade das oposições". Dentro do MDB, obviamente, não conseguem avançar além disso. Na oposição extra-parlamentar as propostas são mais diversas e vão desde o PT — cuja importância a longo prazo é inquestionável, mas que hoje é limitado como forma de articulação partidária imediata, até a velha e desgastada fórmula da "Frente Popular", remédio para todos os males, nas conjunturas em que a ação unitária está na ordem do dia.

Nós, socialistas, não endossamos a manutenção da "unidade emedebista" como se encontra hoje, pois isso significa atrelamento ao imobilismo e reboquismo da oposição parlamentar. Não concordamos que em nome dessa unidade se bloqueie a reorganização partidária, muito mais uma necessidade das massas, do que maquiavélicas jogadas do gen. Golbery ou da Trilateral.



## Luiz Marques

### UNE apóia trabalhadores de todo o mundo

O congresso de reconstrução da UNE significou uma vitória das forças oposicionistas contra a ditadura. Em particular, no que se refere ao sétimo ponto da carta de princípios aprovada: "apoio irrestrito à luta dos trabalhadores de todo o mundo". Aqui formalizamos o resgate dos equívocos que marcaram a atuação do movimento estudantil no passado recente, a partir da análise retromista e populista sobre o papel de cada classe no processo revolucionário do país e do mundo.

Vejam os. Um marco de dependência crescente determina os laços entre a burguesia "nacional" e o imperialismo. Depois do fracasso das tentativas de desenvolvimento autônomo, acenado por Vargas e Goulart, a burguesia progressista local pôs os pés no chão e escolheu o caminho da cooperação com o capital imperialista. A dinâmica impulsionadora dessa engrenagem correspondeu, é claro, à tendência de concentração e internacionalização do sistema capitalista.

Neste sentido, hoje não há mais lugar para dúvidas. É preciso a todo custo defender a autonomia da organização dos trabalhadores diante do Estado burguês, seu arreglo um só instante, sob pena de jogarmos o socialismo no horizonte longínquo e inalcançável. Vide os propagandistas da malfadada "frente popular", que, recando o isolamento, chegam mesmo a negar o que os pró-

A proposta de "Frente Popular", por mais que se justifique que é uma "frente popular mesmo", sem burguesia, laticia, e estrategicamente é equivocada. O atual MDB e o futuro PTB são frentes populares, pluriclasses, e ainda que possam vir (ou sejam) sustentadas eleitoralmente pelas massas populares, suas direções e hegemonia são burguesas ou pequeno burguesas.

A questão chave para a oposição no Brasil de hoje é o problema organizativo, e este é marcado pela crise de representação política em que vivem os trabalhadores. Esta é a questão a ser resolvida, pois desde agora se coloca para as massas a necessidade vital de uma política independente de classe, programática e organicamente.

No nosso entender, essa questão passa por dois níveis distintos e que seguidamente têm aparecido confundidos.

Um é a frente das oposições contra a ditadura militar e a luta pela sua derrubada. Nesta, estamos com o MDB, o PTB e até com setores liberais e burgueses descontentes com o regime, e a este golpearemos sempre o mais unitariamente possível, sem nos diluirmos em seu interior.

O outro nível de articulação, não excludente, mas prioritário em relação ao anterior, é a organização independente dos trabalhadores e de todas as forças que hoje lutam em seu nome e pelo socialismo.

Nós, da Tendencia Socialista do MDB/RS, defendemos que a resposta a "Frente Popular" ou a "unidade das oposições" é a Frente Única dos Trabalhadores. Hoje precisamos aglutinar todos aqueles setores que se comprometem com a luta dos trabalhadores e dos explorados: os companheiros que organizam o PT, os intelectuais socialistas independentes, os companheiros dos movimentos comunitários e de vilas, os grupos socialistas. É nessa frente classista que fortaleceremos nossa unidade na ação e ao mesmo tempo marcaremos presença na luta pela derrubada da ditadura com os demais setores oposicionistas ao regime.

A composição de uma chapa para disputar o Diretório Municipal do MDB de Porto Alegre, envolvendo companheiros da TS, da articulação do PT e de companheiros independentes na "Frente de Oposição pela Organização dos Trabalhadores" evidencia que isso é possível, e que pode ser estendido a outros níveis de participação política.

A Tendencia Socialista conclama aos companheiros oposicionistas dentro e fora do MDB, para a luta parlamentar e extra-parlamentar na perspectiva de autonomia e independência classista dos trabalhadores, na luta pelo socialismo.

José Carlos de Oliveira é presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB gaúcho



## Airton Soares Expurgar os adesistas e organizar o grupo autêntico

O momento é de reestruturação da ação do grupo autêntico dentro do MDB. Recentemente, no final do mês de junho fizemos uma reunião em Brasília com 58 parlamentares e, pela primeira vez, através de voto secreto, elegemos uma coordenação do grupo. Alceu Colares pelo Rio Grande do Sul, Euclides Scaico pelo Paraná, Aurélio Peres e eu próprio por São Paulo, Edgar Amorim por Minas e Cristina Tavares e Fernando Lira por Pernambuco.

Esta coordenação já é hoje responsável pela ação do grupo no plano parlamentar e no que diz respeito à ação dentro do partido. Bem como pela articulação fora do partido com os outros setores de oposição, a exemplo de São Bernardo.

Nossa meta é: enquanto durar o MDB, a atuação organizada e articulada dentro do partido. Por exemplo, recentemente tiramos a posição de que no mês de agosto desenvolveremos dentro e fora do parlamento uma ação voltada principalmente para a questão da anistia.

Ainda dentro do MDB levantaremos, agora, a luta pelo expurgo dos adesistas. Pressionaremos a direção para que assim proceda. Já estamos fazendo um levantamento a nível nacional, um verdadeiro listão, e que encaminharemos aos órgãos competentes do MDB para que sejam tomadas providências.

O reverso deste expurgo é fazer um levantamento nacional, no âmbito de cada um dos estados, de quais são os parlamentares — prefeitos, vereadores e deputados estaduais que se afinam com a linha autêntica. Isto para que a estrutura do grupo autêntico venha a ter um caráter mais amplo e não se limite simplesmente ao plano federal.

A perspectiva portanto é caminhar na direção apontada no Encontro de São Bernardo. Neste sentido, a proposta recentemente divulgada pelo ex-Ministro Almino Afonso, de um colegiado para a direção de um partido popular, não provém de discussões no interior do grupo autêntico. Acreditado que seja uma idéia sua, e que como tal mereça exame sério, sobre como enfrentar a tentativa do governo de dividir a oposição.

No entanto, me parece que se tivermos que ter um movimento de oposição com um caráter de frente, esta frente não deverá ser tão ampla. A luz de São Bernardo, deverá ser um pouco mais comprometida com interesses populares mais definidos, indo desde os liberais que não transigiram na luta contra o regime autoritário, até a esquerda.

Airton Soares é deputado federal pelo MDB paulista

# editorial

## As lições dos pedreiros

A greve dos operários da construção civil em Minas Gerais tornou-se o ponto de partida de uma série de pronunciamentos oficiais carregados de ameaças de recuos, fechamentos da abertura do General João Baptista Figueiredo, estado de emergência, intervenção federal etc. A atmosfera política ficou carregada.

A mobilização dos pedreiros prejudicou o sono dos delegados do sistema. A um ponto tal que o próprio presidente se esqueceu por um momento de seu populismo temporâneo e canhestro: respondeu a um repórter que insistia para que se pronunciassem sobre os enfrentamentos de rua em Belo Horizonte com a sugestão pouco gentil: "tire isto daí senão eu quebro" (apontando para o gravador). O Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, evitando reconhecer que a crise da economia brasileira é quase de insolvência, prefere falar em "situação trabalhista". Já o Ministro da Justiça, Petrônio Portella, vem a público para "alertar" que o aprofundamento da crise econômica e social pode determinar retrocessos na política de abertura democrática.

Imediatamente, estas manifestações de propósitos de fechamento com que o regime apresenta as camadas populares possuem o caráter de um movimento tático. O objetivo mais imediato parece ser o de controlar a participação popular com a concordância e, se possível, com a ajuda efetiva dos setores mais atrasados e convencionais da oposição. Para isto servem as advertências, o clima de "economia de guerra" que se tenta criar, a caracterização de que o momento é de sacrifícios. Naturalmente, quem deve fazer estes sacrifícios são os trabalhadores, que devem limitar suas reivindicações. O recado é claro: não cutuquem a onça com vara curta. A oposição que se cuida, que seja mais realista e "cautelosa".

A colaboração da grande imprensa, da imprensa burguesa, tem sido fundamental para os propósitos do regime. Desde o início da greve os jornais e rádios fizeram o maior esforço para caracterizar o movimento como baderna, violência desenfreada cuja responsabilidade deve ser atribuída às hordas de desdentados que tomaram de assalto a capital das Minas Gerais.

### Os "desdentados" tomam a cidade

Isolar os grevistas. Jogar setores sociais contra o movimento, principalmente segmentos da classe média sequeiros pela ordem (venha de onde vier). Este foi e está sendo o papel da grande imprensa.

Desorganizada, sem direção, com um Pizarro, eleição, no sindicato, que foi até capaz de chamar a polícia para reprimir os trabalhadores, e que usou qualquer arti-

fício, golpe e manobra para acabar com o movimento, mesmo assim a classe trabalhadora aprendeu e ensinou com esta greve. O sangue de Orocílio se misturou ao de nossos outros milhões de mortos que fertiliza a terra.

A imprudência do Prefeito de Belo Horizonte (burrice, segundo alguns, ou irracionalidade, para outros), ao não ceder o antigo campo do Atlético Mineiro para que os operários fizessem sua assembleia, transformou a reunião numa manifestação de rua. Os trabalhadores reafirmaram que a praça é do povo. E sofreram a reação do governo de Minas: as forças policiais devem manter a ordem, proteger a propriedade, mesmo com um morto e dezenas de feridos. Com a colaboração da imprensa, pânico na cidade.

### Que democracia queremos?

Aos que defendem as liberdades democráticas apenas no restrito campo jurídico, aos que festejaram quando os censores arrumaram as malas, embalaram tesouras e tomaram o rumo de casa, como se isto bastasse para instaurar a liberdade de expressão no Brasil, os trabalhadores transferem a lição que aprenderam com a greve de Minas.

Quando as camadas populares sobrevivem de salários miseráveis, quando trabalham 48 horas ou mais por semana, quando não dispõem de locais — para promoverem suas reuniões, quando não têm acesso aos meios de comunicação de massa, ou seja, quando um setor minoritário de capitalistas, pelo controle da propriedade, detém o monopólio desses meios de comunicação, só existe liberdade de fato para a elite dominante. Para os trabalhadores, sobram os embargos da lei e o peso da repressão policial.

A liberdade para os trabalhadores só será real quando eles tomarem em suas mãos o controle dos meios materiais que permitem exercer esta liberdade, quando assumirem a direção da sociedade, estabelecendo seu governo. Esta é a sua destinação.

Esta é a questão colocada pela greve dos pedreiros. Atentos para isto, todos os setores oposicionistas, principalmente aqueles mais vinculados aos movimentos reais das massas, devem aprofundar seu trabalho pela gestão da nova sociedade. Responder às manobras ditatoriais. Lutar pela organização da democracia operária, mesmo ainda dentro dos quadros do capitalismo. Organizar um partido político que pertença aos trabalhadores, romper a estrutura sindical atrelada, substituindo-a por uma estrutura de base. E para fortalecer a alternativa dos trabalhadores é fundamental que se organizem os órgãos de imprensa, da classe operária, que se consiga o acesso a rádio, televisão e se utilizem todos os meios de comunicação disponíveis.

Nova revista em quadrinhos, a ser lançada brevemente pela Editora Vega S.A.

# 1979 O ANO DO CONTRA ATaque!



O cenário que atravessava as adraças lembrava um cartão postal conhecido no mundo todo. Uma velha barreira da Cantareira cortava a Baía da Guanabara, contornada pelo Pão de Açúcar, o Morro do Corcovado e a Ponte Rio-Niterói, sob um sol de fim de tarde de agosto, que avermelhava as águas com seus reflexos, e cruzava o verde amarelo de uma enorme bandeira do Brasil.

Mas essa alegre paisagem tropicalista — que Carmem Miranda nenhuma botaria defeito — contrastava com a gravidade da resolução que cerca de 250 dirigentes sindicais, da cidade e do campo, de todo o país, acabavam de tomar na sala de convenções do retinado Novotel, na praia de Gragoatá, em Niterói, de onde se avistava as cenas.

Os representantes dos trabalhadores não estavam ali para fazer turismo. As 17 h 30 da última segunda-feira, eles decidiram lançar-se numa mobilização até hoje sem precedentes na história do país: a convocação de uma greve geral de todos os assalariados.

"Ao condenar o modelo econômico — diziam eles — alertamos para o risco de que a política de economia de guerra venha na realidade a representar a pretexto de combater a inflação, um instrumento de sustentação da política de arrocho salarial, resguardando, no entanto, os lucros dos oligopólios nacionais e estrangeiros".

Era uma referência clara e direta às medidas que o governo brasileiro vem tomando para enfrentar o que se convencionou chamar de "crise energética" provocada pelos aumentos do preço do petróleo importado dos países da Opep". Em meio a proliferação nacional de debates entre autoridades oficiais, cientistas, intelectuais e empresários, os trabalhadores manifestaram assim pela primeira vez seu ponto de vista sobre o assunto:

"Para enfrentar tal situação, devemos começar, desde já, em todos os locais de trabalho, uma ampla campanha de mobilização e conscientização política sobre os significados sociais da estratégia de recessão econômica, de modo que estejamos preparados, se necessário, a recorrer à greve geral".

Estas conclusões fazem parte da Carta de Gragoatá firmada no primeiro Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais realizado após o golpe militar de 1964 (Ver a íntegra ao lado). Ou "um embrião da Central Única dos Trabalhadores", como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Tatuapé qualificou a reunião que foi promovida pelo Centro Brasil Democrático, Cebrade, uma entidade fundada ano passado por iniciativa do arquiteto Oscar Niemeyer — que na época do lançamento não escondeu sua profunda simpatia por Luiz Carlos Prestes, o líder e secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, proscrito e na clandestinidade desde 1947.

### Unidade pela democracia

Desde o começo do ano, o Cebrade vinha organizando esse encontro, cujo objetivo definido no próprio regimento interno era o de fazer "o levantamento de uma plataforma unitária de reivindicações dos trabalhadores para um regime democrático". A arrecadação do dinheiro necessário ficou por conta de um espetáculo musical coordenado pelo compositor Chico Buarque, que reuniu, na noite de 30 de abril, e madrugada do 1.º de maio, dezenas de artistas e uma platéia de cerca de 40 mil pessoas, "o maior show da história", como o denominaram.

A presença nos salões de convenção do Novotel era das mais ecléticas, congregando desde dirigentes acusados com frequência de "pelegos" como Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até as combativas lideranças sindicais autênticas, como Luiz Inácio da Silva, o Lula, e Arnaldo Gonçalves, metalúrgicos respectivamente de São Bernardo do Campo e de Santos. Houve ausência de uma corrente importante do movimento — as Oposições Sindicais — que parece não terem passado pelo crivo dos organizadores do encontro, encarregados de fazer os convites. Essa composição era determinada inclusive pelo próprio regimento interno: "participarão do Encontro, fundamentalmente, dirigentes sindicais, ou seja, pessoas integrantes de chapas eleitas e empossadas na direção de sindicatos de trabalhadores; o convite é individual e intransferível".

Durante os cinco dias em que transcorreu, com sessões pela manhã, tarde e à noite, e às vezes varando a madrugada, o Encontro teve a preocupação de caracterizar-se mais como um "seminário" do que propriamente um "congresso", isto é, não visava-se a busca de resoluções que obrigatoriamente teriam de servir de orientação nos trabalhos de base de cada sindicato. Procurou-se a formulação de um consenso sobre as tarefas do movimento sindical hoje, a partir do confronto das teses e das experiências de cada entidade participante.

E não resta a menor dúvida: o saldo geral foi positivo, no entendimento das lideranças de classe presentes, conforme o que muitas delas expressaram — e que este semanário recolheu — ao final do Encontro.

### Os saldos de Niterói

A reunião de Gragoatá diferiu-se dos vários congressos de trabalhadores realizados de um ano para cá — como o encontro da CNTI, no Rio, e dos Metalúrgicos de São Bernardo, de Guarujá, e de Poços de Caldas ou de Lins — pela sua abrangência maior. Ali estavam presentes as ca-

## RECESSÃO ECONÔMICA?

# Greve geral nela!

Dos enviados especiais: F. Pereira (texto) e Jesus Carlos (fotos)

Os participantes do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, que acaba de se realizar na praia de Gragoatá, em Niterói, sob a promoção do Centro Brasil Democrático, manifestaram sua preocupação com a política governamental de "economia de guerra". Há o temor por parte dos trabalhadores de que a recessão econômica venha a trazer ampliação do arrocho salarial. Nas três páginas a seguir, a cobertura completa do primeiro encontro depois de 64 que reuniu os sindicalistas de várias categorias da cidade e do campo.

Aproveite, porque os jornais da grande imprensa boicotaram a divulgação nas suas páginas deste material.



Arnaldo, de Santos

tegorias mais variadas dos setores industrial, agro-pecuário e assalariados das camadas médias. Era um verdadeiro festival de metalúrgicos, pedreiros, comerciários, rodoviários, homens do campo, bancários, entre dezenas de categorias, que faziam letra morta da Consolidação das Leis do Trabalho, que proibe articulações horizontais de sindicatos ou reuniões inter-sindicais.

Os dois primeiros dias foram dedicados basicamente aos aspectos mais diretamente ligados ao sindicalismo — do combate à estrutura corporativista herdada de Getúlio Vargas há 41 anos à proposição de um novo modelo sindical, que possa atender aos interesses reais dos trabalhadores. Eis os temas em debate: formas de organização e unidade; o direito à coordenação horizontal; autonomia dos estatutos e de direção das entidades; administração e manutenção; o imposto sindical; organização e representação no interior das empresas; o direito de greve; acordos coletivos e contratos individuais de trabalho; estabilidade no emprego e FGTS; a Justiça do Trabalho e a representação classista no judiciário, na previdência social e outros órgãos do poder público. O documento principal que guiou a discussão foi a alternativa da CLT divulgada recentemente por duas dezenas de advogados trabalhistas de São Paulo, com base em conclusões de congressos, cartas-programa, jornais sindicais, entre outras fontes semelhantes.

Como se vê, trata-se do cardápio trivial das discussões que emergiram sobretudo após a campanha da reposição salarial, no segundo semestre de 1977. E se as conclusões finais do Encontro de Gragoatá trazem pouca novidade nestes aspectos. O importante foi a ratificação das plataformas de modelo sindical que vem pontilhando, principalmente a partir das experiências dos chamados sindicalistas autênticos, capitaneados pela categoria metalúrgica, e sem sombra de dúvida, pelos metalúrgicos de São Bernardo. Uma comparação com as conclusões do Congresso de Guarujá permite essa interpretação.

### Princípios sindicais

Entre os princípios da organização sindical firmados, destaca-se a exigência de autonomia sindical, a defesa do direito de greve, e o repúdio a qualquer forma de atrelamento dos sindicatos ao Estado, além da proposta da constituição de uma Central Única dos Trabalhadores, já busca da construção da negociação direta com os patrões e do contrato coletivo do trabalho, bem como a reivindicação da estabilidade no emprego. Cimentando tudo isso, está a filosofia da "unidade sindical" contra o "pluralismo sindical", isto é, para a mesma categoria na mesma base territorial, apenas, uma única entidade sindical — contrário portanto aos sindicatos por coloração ideológica, por exemplo.

Além da articulação horizontal entre as categorias, o Encontro de Niterói trouxe contribuições relevantes de certa forma ainda inéditas no recente movimento sindical brasileiro: a tentativa bem sucedida de composição de uma plataforma política entre várias das correntes de opinião que atuam entre os trabalhadores, particularmente com relação à questão partidária; a aproximação e a fértil troca de experiências entre os sindicatos rurais e os urbanos; e o começo de um debate acerca das alternativas econômicas para o momento que o país atravessa.

(Veja a seguir, nesta página e nas seguintes)



A decisão no plenário



Niemeyer, do Cebrade



Osmar, Alemão e Lula, do time de São Bernardo

## A carta de Gragoatá

"Reunidos de 2 a 6 de agosto de 1979, em Gragoatá, Niterói, no Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, representantes de trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país expressam, após amplos debates sobre a situação político-institucional e econômica, o compromisso de luta pela conquista da democracia, inseparável da resolução dos problemas que afetam a vida sindical. Entendem, por essa razão, que é essencial para os trabalhadores a plena e integral restauração das liberdades democráticas — de imprensa, de expressão, de livre associação e organização partidária — assegurando-se a cada brasileiro o direito de escolha dos governantes.

Mas, para que a democratização realmente se efetive, consideramos indispensável que os canais de participação política sejam abertos aos trabalhadores — de tal maneira que possam exercer a liberdade e autonomia sindicais, o direito de greve e a estabilidade no emprego, convertidos em princípios constitucionais que venham a ser aprovados em Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana.

Embora tenha sido determinada em grande parte pela ação dos movimentos grevistas que romperam as barreiras legais à autêntica atividade sindical, a "abertura", com que acena o Governo, procura reduzir os trabalhadores a condição de meros espectadores do entendimento entre as elites que pretendem assim modelar as transformações segundo seus interesses.

As manobras de marginalização da classe trabalhadora se evidenciam claramente no projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho que reproduz a filosofia corporativista da legislação vigente, com o que se pretende perpetuar a subordinação dos Sindicatos ao Estado.

Ao repudiar o anteprojeto da CLT, exortamos os assalariados das diversas categorias para que, através da sindicalização e da orga-

nização nos locais de trabalho, fortaleçam os Sindicatos, que no processo de luta pela conquista da autonomia e liberdade sindicais, deverão ser coordenados por uma Central Única dos Trabalhadores.

Pressionado pelo povo brasileiro, o governo é forçado a recuar, enviando ao Congresso Nacional um projeto de anistia, que embora sendo parcial e restrito, é resultado do avanço das forças democráticas e populares. Mais uma vez, porém, a ação governamental discrimina social e politicamente, põdo à margem dos benefícios da anistia milhares de trabalhadores afastados de seus empregos pela brutal repressão que se abateu, nos últimos quinze anos, sobre a classe operária. Comprometidos com a luta pela anistia geral, ampla e irrestrita, que liberte todos os presos políticos e restitua às suas ocupações todo e qualquer brasileiro afastado por motivos políticos, esperamos os representantes dos trabalhadores do campo e da cidade que o Congresso Nacional saiba refletir na discussão e votação do projeto do Governo o que deseja o conjunto da sociedade brasileira: desmantelamento dos aparelhos de repressão, revogação das leis e medidas de exceção. Em suma, a abolição do regime de exceção em todos os planos.

Com base no princípio de plena liberdade de organização de partidos políticos, inerente ao regime democrático, defendemos o pluralismo político. Por conseguinte, denunciamos e nos opomos firmemente às tentativas de extinção dos atuais partidos por ato de força governamental, qualquer que seja o pretexto utilizado para este fim. A liberdade de organização partidária, porque lutam deve assegurar aos trabalhadores, assim como às demais forças e classes sociais, o direito de se expressarem através de partidos.

Ao condenar o "modelo econômico", alertamos para o risco de que a política de "economia de guerra" venha, na realidade, a representar, a pretexto de combater a inflação, um instrumento de



Caô apresenta a carta

sustentação da política de arrocho salarial, resguardando, no entanto, os lucros dos oligopólios nacionais e estrangeiros.

Para enfrentar tal situação, devemos começar, desde já, em todos os locais de trabalho, uma ampla campanha de mobilização e conscientização política sobre os significados sociais da estratégia de recessão econômica, de modo que estejamos preparados, se necessário, a recorrer à greve geral.

Entendem os representantes dos trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país que o efetivo combate à inflação repousa na recuperação da economia, fundada num programa de gastos em habitação popular, transportes coletivos e urbanos, educação, saúde, lazer e saneamento básico. Para isso, torna-se indispensável a promoção das reformas financeira e tributária.

Sustentamos também que a dinamização da agricultura, com justiça social, só será efetiva com a promoção da reforma agrária.

—oOo—  
Pelo progresso e bem-estar do povo brasileiro.

Pela unidade de todos os trabalhadores.

—oOo—  
Gragoatá, 5 de agosto de 1979"



Gragoatá, Niterói.

O ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS

## Os sindicatos e a política

As comissões de empresa e os delegados sindicais, com estabilidade no emprego, fazem parte das exigências de Gragoatá.

Eis a resolução:

1. Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita e soberana.

2. Livre organização partidária, independentemente de ideologias, com repúdio a qualquer forma de repressão. Contra a extinção dos atuais partidos por ato de força.

3. Ampla discussão sobre a organização partidária, garantida a participação a toda a sociedade brasileira. Os trabalhadores têm, o direito e o dever de participar efetivamente da discussão política e de construir sua própria alternativa de organização partidária.

4. Luta ampla pelo fim da ditadura e pelas liberdades democráticas, com ênfase na defesa da anistia geral e irrestrita.

5. Repúdio ao atual anteprojeto e proposição de amplo debate a respeito.

6. Participação do sindicato em todas as ações de massa (tais como a defesa da anistia, da Constituinte, e da luta contra a carestia), seja através da igreja ou das comunidades de bairro. O sindicato não pode ficar isolado da comunidade, daí a necessidade de discutir todos os seus problemas, desde os das comunidades periféricas até os de âmbito nacional.

7. Levar o sindicato aos bairros, para discutir problemas com os trabalhadores das mais diferentes categorias, após ter submetido essa iniciativa ao referendo das assembleias gerais da categoria. A população deve participar da gestão da cidade, a partir das associações de moradores, com as quais devem atuar os sindicatos.

8. Levar a idéia da participação dos sindicatos na comunidade aos demais sindicatos de todo o país, que não estiverem representados no Encontro.

9. Criar um circuito inter-sindical para a apresentação de filmes e peças de teatro (cuja produção não tenha caráter comercial) de modo a abrir o mercado de trabalho para cooperativas de artistas. Além dessa iniciativa, os sindicatos devem defender medidas que protejam os interesses dos artistas nacionais da concorrência estrangeira, nos meios de comunicação (cinema, rádio e televisão).

10. Que a finalidade do sindicato é a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e não a de agir como um órgão assistencialista.

## A organização de base

As resoluções sobre o tema "reivindicações profissionais e reivindicações políticas", do último dia do Encontro, são as seguintes

A organização do trabalhador no âmbito de seu local de trabalho expressa-se na constituição da comissão de empresa. Ainda: as comissões de empresa serão garantidas através das convenções coletivas de trabalho, eleitas pelos trabalhadores da respectiva empresa, mediante processo eleitoral convocado pelo sindicato, cabendo a essas comissões deliberarem quanto a problemas específicos. Os integrantes das comissões gozarão de estabilidade no emprego. Os delegados sindicais, em número estabelecido nos estatutos ou convenção coletiva, garantidos pela estabilidade no emprego, deverão ser eleitos pelos trabalhadores da respectiva base. Cabendo à assembleia geral dos interessados, também, dar-lhes posse e extinguir seus mandatos. Os delegados representarão os trabalhadores, das respectivas empresas, junto ao seu sindicato. Os trabalhadores não sindicalizados terão direito e será garantida sua participação em todas as assembleias gerais, com exceção daquelas que tratarem de problemas administrativos da entidade.

# CONTINUA

# O encontro entre a cidade e o campo

Primeiro, houve um confronto acirrado em torno do futuro do FGTS — deveria ou não ser estendido aos trabalhadores rurais? Mas depois, os sindicalistas do campo e da cidade acabaram se entendendo.

Afinal, já iam quinze anos que não sentavam juntos para discutir problemas comuns.

E ainda, as incursões dos sindicalistas pela espinhosa área da economia — e os seus resultados.

## A classe operária vai à Unicamp



João Manoel

A ideia da convocação de uma greve geral para combater a estratégia governamental de recessão econômica foi lançada por Lula durante uma sessão plenária que tratava do tema "os sindicatos e a política econômica e social do governo", na madrugada de segunda para terça-feira. Foi a primeira vez que os sindicalistas autênticos discutiram de forma mais detida o assunto, indo muito além dos limites da situação salarial no país.

A questão da crise econômica que o Brasil atravessa — que vem sendo batizada como "crise do petróleo" — surgiu a partir de um estudo dos professores da Universidade de Campinas João Manoel Cardoso de Melo e Luiz Gonzaga Beluzzo, encomendado pelo Cebrade e distribuído entre os participantes do Encontro de Gragoatá.

A princípio os sindicalistas manifestaram dificuldade em transitar pela terminologia e pelos conceitos da economia, mas acabaram por se deter com avidez no tema — um grupo de cerca de 50 participantes aguentou as pontas na sessão plenária até quase cinco horas da manhã, depois de um domingo inteiro de debates.

Uma das conclusões aprovadas: "nacionalização das empresas de capital estrangeiro; enquanto não se atingir essa meta, impõe-se impedir às empresas estrangeiras o acesso ao crédito oficial e estabelecer um rígido controle da remessa dos seus lucros ao exterior".

## Um basta ao modelo econômico

A primeira parte das resoluções econômicas gira em torno do método dos sindicalistas: a condenação da exploração dos patrões e da política salarial do governo. Eles deliberaram um "repúdio ao modelo econômico vigente".

As novidades começaram a aparecer no item sobre emprego e qualidade de vida dos trabalhadores, onde as contribuições de Beluzzo e João Manoel foram acolhidas. O primeiro aspecto aprovado é a "necessidade de aceleração do desenvolvimento industrial". Em seguida uma série de resoluções exige a reorientação dos gastos sociais para programas de habitação popular, saúde pública e educação, medicina previdenciária, obras públicas de saneamento básico, transportes de massa por metrô, defesa do meio ambiente e lazer da população.

A atual política fiscal e tarifária também foi questionada. Os participantes do Encontro querem: "Justiça fiscal para o imposto de renda sobre pessoas físicas. Revisão dos incentivos fiscais. Tributação dos ganhos de capital. Aumento do imposto de renda pago pelas empresas. Redistribuição da carga dos impostos indiretos. Criação de novos impostos: herança e valorização da terra urbana e rural. Revisão das tarifas dos serviços públicos hoje comprometidas exclusivamente com o critério do lucro privado. Revisão de todos os incentivos (crédito barato, isenção de impostos, etc.) concedidas às empresas".

Outro aspecto que foi alvo da deliberação do Encontro do Cebrade é a Reforma Financeira: "Controle e administração dos fundos sociais pelos trabalhadores. Utilização desses fundos sociais em benefício da classe trabalhadora, sem sua descapitalização. Utilização da dívida interna para o financiamento de programas sociais e para a remuneração dos fundos sociais (FGTS, PIS/PASEP). Controle energético do governo sobre a taxa de juros, com o objetivo de liquidar com a especulação financeira. Renegociação da dívida externa".

Sobre o controle de preços dos bens de primeira necessidade, decidiu-se: "quebra da atual estrutura de comercialização dos produtos agrícolas com a criação de sistema de armazenamento e beneficiamento próximos aos locais de produção. Na política agrícola prioridade para a produção de alimentos de consumo popular e não para as culturas de exportação". Além disso, reivindica-se a "reforma agrária" e a "criação da justiça agrária para decidir sobre questões relativas à posse da terra".

Finalmente, o Encontro de Gragoatá chama a atenção para a "necessidade de uma ampla discussão dentro de cada sindicato e entre os sindicatos, com vistas à formulação futura de uma política econômica e social alternativa às políticas vigentes, e a ser estabelecida, em congresso nacional de trabalhadores a ser realizado com vistas à formação da CUT". E ainda: "que os sindicatos criem centros culturais enriquecidos de discutir a situação econômica do país através de encontros, impressos, cadernos populares".

Gragoatá, Niterói.

O ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS

Paulo; e Arnóbio Vieira da Silva, o "bananeiro". O balanço para eles é bastante positivo.

João Felismino destaca: "Primeiro, foi a oportunidade de conhecer melhor qual é a atitude e quais são os ideais dos trabalhadores urbanos. Por outro lado, foi de bom proveito porque tivemos a oportunidade de mostrar aos trabalhadores da cidade as nossas necessidades, os nossos problemas, o que queremos e como pretendemos solucionar estes problemas. De acordo com o desenvolvimento dos trabalhos houve uma demonstração de que o grupo de sindicalistas está pretendendo se unir. Só através de encontros assim, seminários, congressos, é que a gente pode tomar conhecimento de qual a verdadeira linha de ação de cada categoria".

E quais seriam os saldos do encontro no sentido de mostrar aos companheiros da cidade os problemas específicos do campo? João Felismino responde: "O saldo é bem favorável. Primeiro porque tivemos a oportunidade de apresentar nosso

trabalho realizado no III Congresso, agora em maio, e recebeu uma aceitação total por todos que o viram. Por outro lado, as próprias comissões fizeram adesão e encamparam o nosso trabalho".

## O aprendizado mútuo

Realmente, as conclusões finais do Congresso rural de Brasília, um volumoso caderno de teses aprovadas, foram — como relatou Crispim — um roteiro eficaz principalmente nos debates de sábado, quando o tema em pauta era "Os sindicatos e a política econômica e social do governo", abrangendo assuntos como a inflação do salário e o custo de vida; a questão da terra; as relações com o capital estrangeiro; a qualidade de vida; entre outros.

Nos grupos de debate, era comum o surgimento de dúvidas, bastante elementares, prontamente respondidas pelos representantes rurais. Por exemplo: o pedido de esclarecimentos de como atuam as multinacionais

no campo. Ou a demonstração de perplexidade: "há quarenta anos que se fala na existência dos grileiros, dos atravessadores e outras figuras que prejudicam o homem do campo matando todos eles", foi o que perguntou um musculoso dirigente sindical de São Paulo.

Crispim disse que via os resultados com alegria e que não encontraram dificuldades para sensibilizar sindicalistas da cidade. Chegaram inicialmente a cogitar de fazer um "palestra agrária", marcado duas vezes, "mas depois nós mesmos sentimos a necessidade de dispensar devido à aceitação e o respeito que eles estavam tendo com relação às nossas posições".

Mas Crispim reconhece que o pessoal da cidade é pouco informado sobre as questões do campo: "De fato. As poucas informações que eles dispõem às vezes não correspondem ao real, como foi no caso do FGTS".

E o que os trabalhadores rurais, presentes em Niterói aprenderam com

os companheiros da cidade? Crispim com a palavra:

— São várias coisas, inclusive o sistema de trabalho, principalmente a conscientização das lutas que os trabalhadores urbanos estão fazendo pelo menos parte dos sindicalistas urbanos, estão fazendo) que são lutas verdadeiramente políticas, das quais diversos companheiros nossos, podemos dizer até mesmo a maioria do meio rural, ainda não teve iniciativa ou mesmo coragem de travar qualquer luta, ou encetar qualquer trabalho no sentido mais político do que propriamente de interesse trabalhista. Por exemplo, a luta pela anistia. No nosso congresso nacional — da Contag — foi aprovada uma moção, mas bem maneirinha, e que a gente pensava que nem ia conseguir assinaturas suficientes para jogar em plenário para discutir. Foi aprovado não resta dúvida, mas não foi como teria que ser para que mostrasse com clareza que estamos conscientes da nossa responsabilidade e que não estamos aceitando isso que está aí.



Arnóbio "Bananeiro"



Crispim de Cravinhos

## O PT interessa ao trabalhador rural?

Os sindicalistas do campo mostram nestas entrevistas que

não estão alheios ao debate da reformulação partidária.

## ARNÓBIO

— Além das reivindicações específicas para a área rural já citadas, você vê alguma outra conclusão importante deste encontro para o homem do campo?

— Olha filho, com respeito a outro assunto, eu só vi mais o problema, parece que é um partido que eles querem implantar na terra, aliás, pro campo e pra cidade, com respeito àquele PT. Partido do Trabalhador, para que mais tarde tenha uma pessoa desse partido pra se interessar pelo trabalhador. Porque de 64 até agora, 79, a Arena não fez nada e você sabe disso. O MDB também não fez nada e por não fazer nada, nós perdemos assim a confiança e por isso nós estamos em conjunto, junto, estudando como formar este partido, PT, que é pra gente arrumar alguém que a gente ponha na Assembléia Legislativa, na Câmara, no Senado, alguém para defender os trabalhadores tanto da cidade como do campo, entendeu?

— Se eu entendi bem, o senhor é a favor de que se crie um partido para defender os interesses dos trabalhadores?

— Pra defender os interesses dos trabalhadores. E que essa defesa seja ela da Marinha, da Aeronáutica, do jornalismo, do farmacêutico, da roça, do metalúrgico, seja ela do que for. Nós queremos uma pessoa que defenda quem trabalha.

— Falou-se muito nesse encontro que um PT viria hoje dividir o MDB e a oposição. O que o senhor acha desse argumento?

— Dividir o MDB? Filho, sinceramente, se acaso for implantado esse PT, MDB e Arena, vão sumir, a menos que os patrões votem no MDB e na Arena. Por que o trabalhador vai votar no PT, porque quer alguém que trabalhe para defender o trabalhador. Então Arena e o MDB serão o partido dos empregadores, por que o PT vai ser do trabalhador, não é verdade? A não ser que tenha mais patrão do que trabalhador, não é verdade? Eleger deputado federal e estadual, senador, prefeito da cidade. Eu acredito pela posição que querem implantar aí, se acaso acontecer, eu tenho certeza que a Arena e o MDB vão sumir, vai ficar uma letra morta, porque já é morta a letra, essa palavra "Arena, MDB". Porque o MDB não fez nada, rapaz. O MDB acomodou-se. Nós temos colegas bons

## FELISMINO

— Quais as principais teses para os trabalhadores rurais que este encontro encampou?

— Pra mim uma das principais é a resolução de uma unificação do movimento sindical em termos horizontais, para rumar caminho da liberdade sindical propriamente dita. E segundo, é o ideal que se viu aí de se descobrir uma maneira de como criar um partido que possa representar diretamente o trabalhador rural.

— Com relação à criação de um Partido dos Trabalhadores qual é a opinião que o senhor tem?

— Eu acho viável o pensamento de criar. Agora, como, quando e que partido seria eu não seria capaz de dar uma opinião, pois só quando consultado o trabalhador na base poderia se dizer que partido seria esse e como seria criado.

— O senhor acha que os trabalhadores não estão suficientemente representados no MDB?

— Olha, eu acho que os trabalhadores não estão suficientemente representados nem no MDB nem na Arena. Porque foram partidos criados unicamente pelo governo, pela cúpula e não pela base, não foi consultada a base. Eu acho que eles não estão totalmente representados nem por um nem por outro.

— Há um argumento muito empregado, e eu tenho visto muito aqui neste congresso, também de que a criação de um Partido dos Trabalhadores vai dividir o MDB e as oposições...

— Se criar este partido agora de sopetão, vai na realidade dividir. O necessário é que se pare pra pensar, todo mundo de cabeça fria, por onde ir começar, com a finalidade de não dividir.

— Por que o senhor acha que dividiria agora?

— Agora você terá que ver o seguinte. Quando se fala de uma abertura, aí, essa abertura não tem outra finalidade se não como separação. Você poderá ver que se pede

que as eleições sejam realizadas em 1980 e tenta-se protelar para 1982, e criar nesse meio o pluripartidarismo, qual o significado disso? Você poderá ver que a tendência é realmente a de enfraquecer tanto o MDB como a Arena, que nem se fala, essa já está se dividindo. Por outro lado, todo e qualquer movimento que se faça agora para criar outros partidos só vai enfraquecer os partidos que estão aí.

— Outro argumento também usado é de que o PT está vindo como uma manobra do governo? O que o senhor acha dele?

— Concordo plenamente com isso. Qualquer partido que fosse criado agora seria com a tendência de dividir o partido existente. O interessante é que se pense como criar, mas não criar agora. Preparar o pessoal para a criação do partido, mas como se prepara também o alcega de uma pirâmide para poder levantá-la. Do contrário é dar com os burros n'água.

## CRISPIM

— Que outras lutas políticas — além da anistia, que você já mencionou anteriormente — os trabalhadores rurais presentes em Niterói assimilaram neste encontro?

— Houve outras lutas mais, inclusive a gente tem sido meio barado nos nossos pronunciamentos no nosso meio quando a gente foca em assuntos políticos. Particularmente, não sei se seria ou não a hora da criação de um Partido dos Trabalhadores, mas acho que desde que sindicalismo é movimento, é organização de trabalhadores, acho um absurdo falarmos em organizar os trabalhadores e deixar de orientar os trabalhadores, deixar votando eternamente nos patrões. Pelo menos isso seria uma obrigação fazermos, como temos tentado fazer dentro do trabalho da gente, desde o início, desde 64, mesmo aí o sufoco que a gente passou, mas mostrando os fatos que vêm acontecendo e mostrando a necessidade do trabalhador pensar, porque enquanto ele está votando no sistema, no partido da situação, ele está votando na classe patronal que é quem está no poder hoje. Outro argumento que a gente utiliza: no regime capitalista, onde o governo é patrão, por essência o trabalhador tinha que ser oposição ao governo, ao partido oficial do governo que esteja por aí. Pra gente foi muito importante, inclusive foi com muita surpresa que eu vi ho-

A batalha mais longa do Encontro de Gragoatá travou-se entre a cidade e o campo. Após nada menos que três horas de um debate amistoso acerca do Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço — mas no qual não faltaram discursos, acalorados e comovidos depoimentos pessoais — trabalhadores urbanos e rurais chegaram enfim a um acordo. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos.

O povo da discórdia foi criado em 1967 e deu um golpe de morte na estabilidade do emprego, até então garantida. O objetivo da medida governamental era abrir caminho para o que depois ficou muito conhecido como o "milagre brasileiro". Mas na época, o FGTS atingiu apenas os trabalhadores da cidade, poupando o campo da degola.

Nas sessões do encontro do Cebrade, os sindicatos da cidade defenderam a princípio, praticamente em bloco, a "manutenção do sistema do FGTS extensivo a todos os trabalhadores, independentemente de opção", desde que houvesse a reconquista da estabilidade no emprego e que a gestão dos depósitos em dinheiro do fundo ficasse a cargo dos próprios trabalhadores. A argumentação estava calcada no fato de hoje o montante nacional do FGTS ser muito significativo e não poder ser desprezado pelos assalariados. Ou como comparou o líder bancário gaúcho, Olivio Dutra: "não podemos correr o risco de, ao jogar fora a água suja da bacia, jogarmos também a criança que está dentro".

Os representantes dos trabalhadores rurais apresentavam uma visão oposta, baseada nas conclusões do seu recente III Congresso Nacional da Contag, realizado em Brasília. Eles consideravam em primeiro lugar que a aplicação da lei do FGTS aos trabalhadores urbanos era responsável pela alta rotatividade da mão-de-obra, resultando na abundância da oferta de mão-de-obra barata, o que contribuiu para o desemprego, subemprego e rebaixamento dos salários. Diziam ainda que o FGTS era uma ameaça direta à autonomia sindical por acarretar a perda da estabilidade no emprego e tornar as lideranças sindicais mais vulneráveis ao desemprego. E queriam taxativamente a revogação da legislação, pelo fato de se constituir uma ameaça constante ao trabalhador rural, e o impedimento de sua extensão ao campo.

## O FGTS aumentará a escravidão

A polêmica na plenária do domingo começou a tarde. Como avançava pouco no sentido de uma formulação que atendesse a ambos os interesses, foi dado o intervalo para o jantar. E mesmo depois os oradores revesavam-se na tribuna numa aguerrida e cordial troca de informações e argumentos, sem contudo caminhar para uma solução. Até que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém, Arnóbio Vieira da Silva, relatou com uma dramaticidade natural a situação dos plantadores de banana e cacau da sua cidade, distante duas horas da capital paulista. Aos poucos ele galvanizou a atenção do plenário. Já muito disperso por volta da meia-noite, e contou pausadamente as três greves nas fazendas da região. Houve gente que não pôde esconder um princípio de lágrimas. E ao final a explosão de palmas e abraços encerrou a controvérsia.

— Pedimos pelo amor de Deus que o FGTS seja estendido ao homem do campo — disse Arnóbio "bananeiro", o apelido que ganhou de Lula.

E quase todos acolheram essa perspectiva, sem contudo abrir mão da outra. Lula foi o único a encampar totalmente a proposição do III Congresso da Contag, defendendo a extinção pura e simples do FGTS e a volta ao sistema anterior vigente, isto é, de indenizações diretas pelas empresas. Mas na votação não conseguiu mais que meia dúzia de adeptos.

Ao final, o consenso do Encontro de Gragoatá foi o seguinte:

"Manutenção do sistema do FGTS apenas para os trabalhadores urbanos, garantida a estabilidade no emprego a partir da admissão, como um fundo financeiro gerido pelos trabalhadores brasileiros. Utilização dos depósitos do FGTS para atendimento das necessidades dos trabalhadores, conforme autorização dos sindicatos ou como forma de pecúlio ou pensão (...). Repudia-se as manobras feitas a descoberto para a extensão do sistema do FGTS ao trabalhador rural. Considerando tratar-se reconhecimento, de poderoso instrumento patronal gerador de despedimentos, o trabalhador rural, por certo, não terá condições de enfrentar as pressões possíveis tendendo-se a opção que lhe for imposta e que lhe roubará a estabilidade no emprego. A adoção do sistema para o homem do campo só o escravizará, ainda mais, ao empregador".

## Um balanço positivo

Esse episódio mostra bem como ainda está muito no começo a aproximação entre os sindicatos rurais e urbanos. Lula e Hugo Peres, presidente do Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas, haviam confessado no plenário anteriormente sua "ignorância" a respeito dos problemas que as entidades das áreas agrárias atravessam. E as divergências quanto a postura frente ao FGTS comprovaram a distância imposta pelo regime militar desde 1964 e, ao mesmo tempo, a disposição muito grande entre os dois lados para o conhecimento mútuo.

Sobre isso, em Tempo entrevistou três dirigentes sindicais do campo, para saber também qual a avaliação que eles fazem do Encontro do Cebrade.

São eles: João Felismino de Souza, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará; Antonio Crispim da Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, interior de São

S e Ubaldo, o Paranoico - o já célebre personagem do humorista Henfil - estivesse presente na sessão plenária do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais que tratou do tema "partidos políticos" certamente teria sucumbido vítima de trombose, síncope cardíaca, traumatismo craniano, tudo junto.

E' que o debate entre os sindicalistas evitou as entrelinhas e saltou para uma conversa franca, madura e aberta acerca da importância da conquista de legalidade de todos os partidos e organizações políticas que há anos atuam na clandestinidade no país. Por exemplo, a sigla PC - de Partido Comunista, era pronunciada abertamente sem que ninguém corresse as faces ou esfregasse as mãos nervosas. Ubaldo, o Paranoico, ao contrário tremeria nas bases, achando que tudo se tratava de manobra de habilidosos agentes provocadores açodados pelo general Golberli. Sinal dos tempos, evidentemente.

Certo clima de tensão já estava presente, mesmo antes do encontro de Gragoatá. Não propriamente com relação às siglas - que aos poucos vão emergindo da clandestinidade forçada para as páginas da grande imprensa - mas com relação à uma outra sigla, essa legalíssima: o PT, ou melhor, o Partido dos Trabalhadores, proposta política que hoje aglutina muitos dos sindicalistas chamados de "autênticos", a nova safra de lideranças do movimento dos assalariados que surgiu nos últimos dois anos. O espectro do PT rondava o Encontro de Gragoatá.

Havia uma expectativa maior que todas as outras - nenhum dos participantes ou observadores pode negar com sinceridade isso - em torno do debate da questão partidária. Na mesa da controvérsia, havia duas alternativas em confronto: o PT e a perspectiva de manutenção da unidade do MDB. Os argumentos de um lado e de outro eram os mesmos que há meses vem marcando a polémica destas duas correntes. Qual delas prevaleceria como vitoriosa no Encontro do Cebrade?

#### Um PC? Por que não?

Entretanto, o inédlito nesse confronto ocorreu por conta do acaso - exatamente aquela descontração que avacalharia com a vida de Ubaldo, o Paranoico.

Um antigo sindicalista, Dejenildo da Silva, presidente da Legião Brasileira dos Inativos, de Niterói, abriu o véu da conversa franca ao ocupar a tribuna para reverenciar a memória de seus companheiros de luta, como Roberto Lorena, por exemplo.

- Esses companheiros - explicou ele - sempre tiveram uma posição definida em defesa de um partido que tem seus ideais defendendo a classe operária, mas que no entan-



to não é um partido obreiro, é um partido que admite aos intelectuais progressistas, e que sem esses nós não estaríamos aqui realizando este Encontro Nacional. De forma que não podemos ser tão setoristas e acho que os companheiros que negam esse passado e não pedem a legalidade daquele partido que tem realmente uma consciência, uma ideologia em defesa da classe operária e fazer coro com essa situação que está ali há mais de quinze anos.

Dejenildo prosseguiu na sua fala, em tom inflamado: - Não vamos dividir o proletariado, não devemos esconder dos trabalhadores, dos camponeses, que existe desde 1848, e que existe no Brasil desde 1922, uma corrente política que defende não só o trabalhador mas o proletariado e o povo.

Uma saudação vigorosa de palmas eclodiu no plenário. Pouco depois Paulo Mauá, representante dos petroleiros de Santos, dirigiu-se à tribuna e foi entrecortado por um comentário irônico de Ramos Amorina, dos metalúrgicos de Osasco: "Val lá, Brizolinha!" Foi o suficiente para uma explosão alegre de risadas do plenário, corrigida por Hugo Peres, da Dieese, que presidia a plenária e exigiu que os gracejos fossem evitados. Mauá não perdeu a rosca e ocupou o microfone:

- Eu não estou nada aborrecido de me chamarem de Leonel Brizola, ou apelido que for, porque eu sempre me defini na vida, nunca estive deprimido em cima do muro - retrucou ele. Sou a favor da livre organização de todos os partidos, e ao mesmo tempo sou contra a extinção de qualquer partido que seja, desde que essa definição não saia das suas convenções.

E precisou mais seu raciocínio: - Fizemos aqui uma colocação muito feliz, a de que nós devemos nos definir. Nós realmente devemos nos definir. E eu gostei muito da

# "Camaradas do PC! Deixem o MDB! Entrem para o PT!"

Essa palavra de ordem foi lançada na sessão plenária que debateu o tema "partidos políticos". Veja nesta página. E mais: os sindicalistas partem para uma conversa franca sobre a necessidade de legalização dos partidos que estão na clandestinidade, particularmente o PC, Partido Comunista.

colocação do companheiro Dejenildo, quando ele disse que realmente existe um partido do trabalhador. Um partido que é um partido revolucionário do trabalhador, entendeu? E vocês não vão dando risada que o negócio não é para brincadeira. O problema é o seguinte: nós não só temos de defender ou tentar inculcar na massa trabalhadora que ela tem de se identificar com um partido do trabalhador, como também temos que lutar dentro de um processo democrático em que a gente busca, a legalização também de um partido que está extinto; e esse partido seja a ideologia que for, nós devemos lutar pela sua legalização. Já que é tempo de definição, nós temos que lutar pela legalização do Partido Comunista, companheiros.

#### O PT ou o PC? Os dois

Logo em seguida, o presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul atestou a importância do debate partidário ao lembrar que boa parte do plenário havia ficado até às cinco da manhã em debate, mas retornara maciçamente na mesma manhã. O motivo que apontou: "o PT assusta", disse ele, precedendo uma defesa enfática dessa alternativa. A partir de então vários oradores se sucederam na tribuna para polemizar em torno da alternativa PT ou PC, defendendo em geral a possibilidade de institucionalização dos dois.

O representante do Sindicato dos Curoiros de São Paulo, Geraldo Santiago lançou um apelo curioso:

- Quando aqui o companheiro colocou a necessidade da legalização do Partido Comunista, estava o presupuesto de que existe o Partido Comunista, um presupuesto óbvio. O erro tático que existe nisso é o seguinte: tenho aqui um folheto (ele mostrava um boletim do MDB paulista) que diz que o MDB não presta mais deve continuar.

Vou usar aqui um termo: Camaradas do PC, saiam do MDB! O

MDB não é um partido operário. E se vocês não podem legalizar o partido de vocês, entrem no PT, porque seria a forma legal de atuar. As tendências têm que existir mesmo e é uma utopia querer negar a existência de tendências no movimento operário. Existe mesmo e acabou. Eu acho que internacionalmente a política do Partido Comunista não é viável. E eu tenho que ter a coragem de chegar e dizer isso. A gente deve fazer o conflito das tendências e acho que no fim o processo histórico vai provar qual é o verdadeiro partido dos trabalhadores. Por enquanto eu sou a favor do PT e viva o PT!

#### O impasse

Desde o começo da sessão plenária, o impasse havia sido colocado a partir das conclusões dos grupos que debateram o assunto de manhã. Dos cinco grupos, quatro optaram pela seguinte fórmula: "livre organização partidária, independentemente de ideologias, com repúdio a qualquer forma de repressão. Contra a extinção dos atuais partidos por ato de força", defendida com vigor por Arnaldo Gonçalves, metalúrgico de Santos. A outra hipótese foi assim resumida: "manifestou-se por uma discussão com as bases pela criação de um PT".

Na verdade, essas duas opções refletiam táticas diferentes dos próprios defensores do PT quanto ao comportamento a ser adotado no Encontro do Cebrade. Enilson Almeida, metalúrgico de São Bernardo explicou ao plenário, que embora sendo partidário do PT, achava que o Encontro não poderia tomar uma definição nem a favor exclusivamente da "unidade do MDB", nem tampouco "só do PT" - ou seja, não se podia obrigar os defensores de uma alternativa a encaminhar junto às suas bases sindicais uma proposta com a qual não concordava e em vista disso um equilíbrio distante dos dois polos não pecaria pela



Olivio, o bancário

"imbecilidade". Mas, outros, de São Bernardo mesmo, com Djalma de Souza Bom, da diretoria de Lula, era a favor de uma decisão por votação.

Quem deu a palavra final na controvérsia, após toda a pauleira, foi Olivio Dutra, dos bancários de Porto Alegre, que fez um aplaudido pronunciamento em favor de uma posição mais ponderada, reivindicando o entretanto que fosse acrescentada a seguinte frase: "Os trabalhadores têm o direito e o dever de participar efetivamente da discussão política e de construir sua própria alternativa de organização política". Sua argumentação procurava atender aos tão proclamados apelos de unidade sindical e principalmente quanto ao caráter mais indicativo do Encontro de Gragoatá. Pouco depois, Lula apoiou a iniciativa de Olivio Dutra. E todos no plena-

rio suspiraram aliviados. Ou melhor, quase todos, pois o impasse foi a votação e meia dúzia de sindicalistas insistindo no PT.

A conclusão do Encontro de Gragoatá, que atende a gregos e troianos, sem contudo satisfazê-los no todo, é a seguinte: "Livre organização partidária, independentemente de ideologias, com repúdio a qualquer forma de repressão. Contra a extinção dos atuais partidos por ato de força. Ampla discussão sobre a organização partidária, garantida a participação a toda a sociedade brasileira. Os trabalhadores têm o direito e o dever de participar efetivamente da discussão política e de construir sua própria alternativa de organização partidária".

Ou tocando em múdicos: nem MDB, nem PT, nem PC. Ou ainda: o MDB, o PT e o PC...

## Série Inédita e Exclusiva:

### Contribuição à História da Esquerda Brasileira

A série "Contribuição à História da Esquerda Brasileira", que será iniciada no próximo número, cobrirá do início dos anos 60 até a segunda metade da década de 70. O apogeu e a crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o surgimento da Organização Revolucionária Marxista "Política Operária" (POLOP), em 1961; do PC do B, em 1962; da Ação Popular (AP); o golpe de 64 e as dissidências do reformismo; a formação da ALM, do PCB, do MR-8, do POC, da VAR, da VPR, da "Ala Vermelha do PC do B" e de tantas outras organizações; os grupos trotskistas; o nacionalismo revolucionário. E mais: a revelação de episódios desconhecidos e de outros contados pela metade ou deturpados pela grande imprensa; perfis de líderes revolucionários como Marighella, Lamarca e outros; o Vale da Ribeira; a Guerrilha do Araguaia; e a esquerda dos pós 74. Tudo isso contado de forma clara e bem amarrada politicamente, em grandes reportagens e depoimentos exclusivos. Tudo isso contado pela própria esquerda.

A partir da próxima semana, e mais ou menos durante três meses, EM TEMPO estará publicando uma nova série: Contribuições para a História da Esquerda Brasileira.

O clima da "abertura" figueiredista permite e, ao mesmo tempo, exige que tal balanço sistemático comece a ser realizado. Permite, na medida em que os donos do poder não têm mais condições de continuar envolvendo na névoa aspectos tão relevantes de nossa história recente. Exige, tendo em vista a forma pela qual o passado e o presente da esquerda brasileira emerge hoje, seja na linguagem oficial, seja na imprensa oficiosa ou mesmo naquele que guarda veleidades oposicionistas.

Para a ditadura, é fundamental apresentar aqueles que se opuseram de forma radical ao estado de coisas implantado a partir de 1964, como verdadeiros marginais, que devem ser excluídos da vida política brasileira ("terroristas" e "criminosos de sangue") ou incorporados sob reserva. Este é o sentido da anistia restrita e dos perdões condicionais com os quais os porta-vozes do governo querem aplacar a indignação que seu projeto suscitou.

#### Passado & Presente

As novas gerações que hoje desperfam para a política estão avidas por conhecer nosso passado, para melhor compreender nosso presente. Ao tratar da esquerda, salvo honrosas exceções, a imprensa não foi capaz de ir mais além da transcrição dos relatórios policiais, tornando-se, inclusive, cúmplice dos crimes de sangue dos aparelhos repressivos durante os anos do "milagre". Praticamente to-

dos os jornais "respeitáveis" deste país noticiaram a morte de Edson Leite (o Bacuri) em um enfrentamento com policiais. Naquele momento, no entanto, Bacuri se encontrava nas mãos do DOPS e a notícia de sua prisão circulava há um certo tempo. Dias depois, Bacuri seria cruelmente assassinado em um dos "aparelhos" do terror estatal. Sabe-se, inclusive, que seus algozes mostraram-lhe cinicamente a notícia de sua morte nos jornais no momento em que o conduziam para o local onde seria supliciado.

#### Riscos de uma iniciativa

Hoje, no entanto, quando ser democrata está na moda, quando os censores estão de licença e os donos de jornais não mais podem impedir que seus jornalistas contem a verdade, uma parte desta começa a aparecer. Finalmente, a esquerda e mesmo "os criminosos de sangue" ou "terroristas" podem se transformar em produtos de consumo, sobretudo quando há uma tão intensa demanda e depois de tão prolongado racionamento. Este trabalho de reconstrução tem sido realizado, no entanto, de forma parcial, assumindo ainda muitos das versões policiais e evitando totalmente os dados políticos do problema, sem os quais tudo não passa de um folhetim de aventuras. Os poucos que têm se permitido incursionar no campo da análise das posições políticas, o fizeram num tom em que o superficial e o categorial se combinam, quando não aparece uma ironia chula e facilmente ainda exercível nos dias que correm. Quando decidimos realizar esta sé-

rie tínhamos presentes as dificuldades que ainda persistem para uma tal iniciativa. É difícil realizar um estudo aprofundado sobre acontecimentos ainda "quentes". Não só pela dispersão das fontes (muitas delas nas mãos dos aparelhos repressivos) como pelo fato de que o próprio processo de avaliação política de grande parte deste período não foi realizado de forma sistemática, tendo muitas vezes sido dramaticamente interrompido.

É talvez por esta razão que prudentemente preferimos caracterizar nossa série como uma "contribuição" mais do que uma História propriamente dita da esquerda brasileira. Nosso propósito foi o de reconstruir, a partir do início dos anos 60, os elementos mais essenciais da trajetória da esquerda brasileira, reunindo análises, depoimentos, transcrevendo documentos, fixando perfis, revelando episódios desconhecidos, pouco conhecidos ou totalmente tergiversados destes anos tumultuosos. Compreendendo o difícil que representa ser objetivo em matéria como esta, EM TEMPO abre-se desde já para acolher em suas páginas todas as contribuições, que, dos mais distintos ângulos, nos permitam melhor captar e reconstituir a trajetória da esquerda brasileira nestas quase duas décadas.

A nossa e outras contribuições permitirão que estes anos não passem para a História simplesmente como anos de derrota, como um passado desconhecido ou mitificado a confundir as gerações atuais.

(M.A.G.)

## A quantas anda o PT

A articulação do Partido dos Trabalhadores - PT, está se espraiando nacionalmente, ainda que lentamente e de forma bastante desigual. O problema maior que as lideranças, mas muito mais as bases, vêm notando, é a falta de uma moldura organizativa própria, bem definida e se possível até juridicamente formalizada, que pudesse dar os parâmetros para o trabalho de organização. Do contrário, alegam, todo o potencial que a idéia vem descobrindo junto às massas se perderá, diluindo-se, ou enveredando por procedimentos diferenciados segundo a região ou setor o que, mais tarde, poderá trazer problemas de unificação geral. O quadro geral em vários estados é o seguinte:

#### São Paulo

Em São Paulo prossegue a agitação e nucleação do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores. No último dia 5, na zona leste, mais precisamente em São Miguel Paulista, no salão paroquial da Igreja central, deu-se mais uma reunião.

Dirigida por lideranças da região e com a presença do sindicalista Paulo Skromov, dos trabalhadores das indústrias de couros de São Paulo, a reunião contava com cerca de 250 participantes iniciando os debates pela manhã.

Algumas lideranças antigas da região ensaiaram uma defesa de Getúlio Vargas e do PTB, o que tendeu a polarizar boa parte dos debates. Rebatendo em nome do PT, um metalúrgico da Oposição Sindical Metalúrgica falou: "os trabalhadores não admittirão formar um partido lado a lado com patrões, sejam eles nacionais ou internacionais. Ambos nos exploram do mesmo jeito, e nosso partido deve preservar sua independência de classe". Ao mesmo tempo, o metalúrgico anunciava que todas as sextas-feiras está havendo reuniões no Sindicato da categoria para a nucleação de trabalhadores que queiram se vincular ao PT.

Ao encerrar as discussões Paulo chamou a atenção para a importância "da organização em moldes político-partidários, já para este final de ano quando teremos grandes campanhas salariais. Os enfrentamentos virão e os trabalhadores têm que buscar adequar seu nível de organização". O que fazer então, já que a grande maioria está a favor da proposta, pergunta Paulo.

#### Minas

E responde em seguida: "é partir já para a formação de núcleos, que deverão ter um funcionamento regular, com reuniões no mínimo quinzenais, e com participação na sustentação material do partido. Tudo isto ainda está por se definir melhor, mas são desde já questões definidoras da militância que queremos".

Ao final das discussões formaram-se vários núcleos representativos da região e que passarão a atuar nas várias frentes de luta - fábrica, escola, creche, anistia, etc. - como representantes das posições do PT.

Em Minas, desde o encontro de Contagem, no último dia 28, quando foi aprovada uma comissão aberta pa-

ra a articulação do PT no Estado, a coisa não andou muito. A greve dos operários da construção civil e as mobilizações daí decorrentes, impediram que a comissão se reunisse para definir os próximos passos de seu trabalho.

#### Rio

No Rio o grande acontecimento na área foi o encontro nacional de dirigentes sindicais que debateu em profundidade a questão do PT. Além disto, a presença dos sindicalistas serviu também para a realização de uma série de reuniões em outras cidades próximas com vistas à difusão da proposta.

#### Rio Grande do Sul

Apos a ampliação da Coordenação Provisória do PT no RGS, os membros da Coordenação dividiram funções entre seus membros para divulgação da proposta de programa em vários setores: associações comunitárias e de bairro, movimento sindical ainda não contatado, grupos políticos organizados, movimento estudantil etc...

Para manter um Fórum de Debates regular e sistemático foi alugado o salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Pompéia, onde todas as sextas-feiras serão realizados painéis e debates sobre a conjuntura, a rearticulação partidária, a organização do PT, questões sindicais e econômicas, etc. Alguns núcleos setoriais já existem:

Núcleo dos Bancários - PT/RS  
O núcleo tem-se reunido sistematicamente as quartas-feiras com uma presença média de 25 bancários. As reuniões são abertas com uma análise de conjuntura ou sobre a situação política do país, ou qualquer outro tema conjuntural, visando dar maior homogeneidade aos participantes. O núcleo está preparando um PAINEL público, onde o público privilegiado na convocação será a categoria bancária para divulgação e discussão do anteprojeto de programa.

Outra discussão no núcleo refere-se a como começar a relacionar a Coordenação Provisória e os núcleos que estão surgindo, isto é, propostas de organização que garantam desde agora a democracia interna e a efetiva participação das bases no processo.

Uma medida salutar tomada pelo núcleo é o compromisso dos participantes com a sustentação financeira da articulação (imprensa, aluguel de locais para atos públicos, etc...). O núcleo dos bancários já instituiu carnês de mensalidades para todos os participantes.

#### Núcleos dos Empregados em Empresas de Comunicação - PT/RS

Terça-feira, dia 7, será realizada a primeira reunião ampla dos jornalistas, radialistas, gráficos, etc.

O núcleo reúne inicialmente cerca de 15 pessoas que marcam os primeiros encontros e reuniões, e está reunindo e dando os primeiros passos na categoria dos "trabalhadores em empresas de comunicação".

#### E O PTB?



PARA SABERMOS SE O PTB ESTÁ SENDO CRIADO DE CIMA PARA BAIXO, BASTA OLHAR PARA O MAPA MUNDI.

# piquetão

Mais de quinhentos carteiros reuniram-se na sede da Câmara Municipal de São Paulo para lançar o embrião do seu sindicato, formando uma associação da categoria. O movimento tomou impulso após a morte de Carlos Aparecido de Tomás, do serviço de malote, que foi obrigado a trabalhar passando mal, há oito dias atrás. Na reunião, em clima de grande entusiasmo, o pessoal levantou a necessidade de criar um sindicato, de assistência médica decente, de condições para estudar e estudo, da demissão do gerente de operações telegráficas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), na capital, que é um sujeito brutal no trato com os seus subordinados. Isso sem falar na reivindicação de piso salarial de cinco salários mínimos, ao invés dos miseráveis dois salários que ganha um carteiro hoje, e a fixação do local de serviço perto da residência do carteiro. Os funcionários da administração da EBCT levaram o seu apoio aos carteiros através de uma comissão, que lembrou a necessidade de anistia e do fim da ditadura, tendo sido muito aplaudida. O pessoal exigiu também o fim do puxassaquismo como critério para promoção e que não só os coronéis e outros militares tenham vez na companhia.

Foi lembrado também que a EBCT tendo se tornado uma empresa pública adquiriu o direito de ter sindicato, recusando assim o parecer do Procurador Geral da República. Se o pessoal da Light tem Sindicato, os carteiros também têm esse direito. E terminaram a sua reunião engrossando a comissão de originalmente formada por quatro colegas, lembrando aos patrões que param de trabalhar se algum membro da comissão for despedida, e exigindo a recontração dos 22 companheiros demitidos no mês passado, quando iniciaram o movimento.

## Petroquímicos da Bahia reúnem 800 em assembléia

Na esteira das greves do sul, os trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, começaram na maior firmeza e se mobilizar, visando a organização da campanha salarial deste ano. Cerca de 800 trabalhadores compareceram à assembléia convocada pelo Sindicato (contra apenas 100 presentes na última assembléia do ano passado) onde, por unanimidade, a moçada tirou uma proposta, na linha adiantada pelo 15.º Encontro Nacional de Sindicatos de Petroleiros e Petroquímicos: 60 por cento de aumento e mais um fixo de três mil cruzeiros. Segundo o DIEESE, essa reivindicação caso venha a ser obtida, representará um reajuste de 87%, compensando o que foi roubado desde 1964 (sem contar, é claro, os percentuais referentes à produtividade). Também foram aprovadas reivindicações como férias remuneradas em dobro, imunidade para a comissão de salários (dois trabalhadores por empresa), eleições de delegados e comissões de fábrica, com imunidade, etc. Além disso, como já vem se constituindo uma praxe nos encontros operários, alguns pontos mais políticos foram discutidos: denúncia de torturas, assassinatos e prisões, Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, derubada do regime e apelo ao povo da Nicarágua. Foi aprovado, ainda um minuto de silêncio em memória de Oracilio Gonçalves, morto em Belo Horizonte.

## Associação promove o "mês do metroviário"

E a Associação dos Empregados da Companhia do Metropolitan de São Paulo (AEMESP) está com a bola toda. No mês de agosto programou uma extensa programação, que o PIQUETÃO faz questão de divulgar. Tendo começado com a projeção do filme "Queda", no dia 7, prosseguiu no dia 10, com um debate — "Crise Econômica e Salários", com a participação de Chico de Oliveira, Jacob Bittar, Augusto Campos e Arnaldo Gonçalves. No dia 14, tem cinema de novo, com os filmes "A Greve" e "Trabalhadores, Presente". No dia 17, assembléia dos metroviários referente à antecipação do dissídio. Dia 21, o filme "Elaços Cruzados, Máquinas Paradas", dia 24 debate sobre o "Projeto da Nova CLT", com Marcelo Gatto, Aurélio Peres e Carlos Manuel Magalhães. Mais um filme no dia 28, "Os Companheiros". Finalmente, no dia 30, tem um debate sobre a "Reformulação Partidária" com a participação de Alberto Goldman, Paulo Skromov, Ailton Soares, Fernando H. Cardoso e Darcy Ribeiro. Toda essa programação será realizada na sede da AEMESP (Flórencio de Abreu, 270 — sobreloja), com início sempre às 19 horas.

## Termina vitoriosa a greve na Fiat



Na Fiat-Diesel, a alegria da vitória

Os trabalhadores da Fiat-Diesel em Xerem, no Rio de Janeiro, depois de 12 dias de greve, voltaram ao trabalho com um saldo enorme de vitórias. É verdade que obtiveram apenas reajustes que variam entre 15 e 26 por cento acima dos índices oficiais (pretendiam 90%), mas uma série de outras conquistas não desmentem o Piquetão. Além do pagamento de adicionais por insalubridade e periculosidade, conseguiram a readmissão de um dos líderes do movimento, Luís Paulo Giamini, estabilidade para os delegados sindicais e a formação de uma comissão salarial de fábrica, com mais de 100 trabalhadores.

## Bancários cariocas iniciam campanha

E por falar em Rio de Janeiro, os bancários já tem claro o que vão exigir dos patrões, neste ano. Em assembléia que reuniu mais de 5.000 trabalhadores, aprovaram o índice de 50 por cento, mais um fixo de Cr\$ 3.000,00, regulamentação de horas extras, anuência de Cr\$ 440,00, delegados sindicais com estabilidade, etc.

Na mesma linha, o pessoal das financeiras também começa a se mexer. Além de lutar pela unificação do dissídio com os bancários, como ocorria até 1972, os financeiros exigem um reajuste de 30 por cento acima do índice oficial, anuência de Cr\$ 300,00, piso salarial de Cr\$ 6.000,00 e conclusão dos últimos quatro dissídios da categoria, até agora inconclusos.

## As conquistas dos motoristas em BH

Os motoristas de empresas frotistas de táxi fizeram uma "passeata motorizada", em BH. E que depois de dois dias de greve eles conseguiram a maior parte de suas reivindicações: domingo livre, direito a viajar para as cidades da região metropolitana, liberação da quilometragem (antes podiam rodar só 240 quilômetros por dia), redução das diárias diretas para Cr\$ 560,00 e Cr\$ 460,00 (antes eles pagavam Cr\$ 600,00).

## Oposições sindicais: encontro no dia 15/9

As Oposições sindicais já definiram a data do seu primeiro encontro estadual, que será realizado no dia 15 de setembro. Antes disso, eles realizarão no dia primeiro do mesmo mês, um pré-encontro, com a participação de até 10 representantes por oposição, que servirá para uma primeira discussão das teses (que devem ser apresentadas até o dia 24 de agosto) e ordenação da pauta do encontro, já definida no sábado, 4: a) avaliação do movimento operário, desde 1978; b) significado das OS; c) grupos de fábrica, interfábricas e comissões; unificação das lutas salariais.

## Congresso dos metalúrgicos de Osasco

Nos dias sete, oito e nove de setembro, o sindicato dos metalúrgicos de Osasco realizará seu primeiro congresso. Nele, a categoria deverá debater, entre outros temas, o Código do Trabalho elaborado pelos sindicatistas e a organização da próxima campanha salarial. Visando uma melhor participação dos trabalhadores, o sindicato está organizando, a cada 15 dias, seminários de estudos, na colônia de férias em Caraguatuba.

## A Esko pode parar na segunda-feira

Caso os patrões não renovem o convênio médico que mantinham com a AMESP, a fábrica de Bombas Esko, do Embu pode parar. Na semana passada, foi realizada assembléia na sub-sede do sindicato de Osasco no Taboão da Serra, quando os trabalhadores tomaram aquela decisão.

## Professores do Rio

# Chagas não acreditou, a greve saiu

Cerca de 100 mil professores voltam a entrar em greve, no Rio de Janeiro. Eles querem arrancar do governo do Estado o cumprimento das promessas feitas no primeiro semestre e não cumpridas até hoje.



Cinco mil professores decidem: a greve continua

Chagas Freitas mostrou que o condicional seria o tempo mais conjugado em seu governo, "receberiam, passariam", etc. De todas as reivindicações, apenas a de efetivação dos contratados foi cumprida. O argumento de Chagas era de que o governo do Estado, com os cofres supostamente vazios, não disporia de recursos para o atendimento das reivindicações salariais. Qualquer aumento de salários, portanto, ficaria para 1980, para "quando o carnaval chegar".

## Reação

Evidentemente, as autoridades estaduais estavam brincando com fogo, subestimando a capacidade de retomada da greve dos professores e ignorando os frequentes avisos de que o segundo semestre letivo, a exemplo do primeiro, poderia começar com uma prolongação das férias dos 2,5 milhões de alunos da rede oficial.

Chagas pagou para ver. E viu. Sua reação e do seu Secretário da Educação não foi outro do que apelar para a ignorância. Niskier em reiteradas declarações abandonou a sua pos-

tura de "intelectual" reiterada pela grande imprensa, não vacilando em acusar os professores e mais particularmente suas lideranças, de "especialistas em tumultos" abrindo campo, evidentemente, para a sanha da repressão. Ao mesmo tempo, o governo Estadual acionou o aparato de segurança: postados na frente das escolas, a polícia impediu a realização de piquetes, efetuando a prisão de professores. Não escapou nem o presidente da CEP, professor Godofredo da Silva Pinto, preso quando deixava a sede da entidade e ouvido, exaustivamente, durante 10 horas, na sexta-feira, 3, pela polícia política, no DEOPS.

## Illegalidade

Utilizando de velha prática de quem não consegue resolver os problemas concretos, o chagismo que governa o Rio buscou jogar opinião pública, principalmente os pais dos alunos atingidos pela falta de aulas, contra os grevistas atemorizando com hipotéticas perdas do ano letivo, reforçando, igualmente, as acusações de infiltração e subversão entre os professores (a cantilena é sempre a mes-

ma: Maluf em São Paulo, Francelino em Minas, Chagas no Rio...)

Não faltou sequer o auxílio do governo federal. Através do nunca suficientemente elogiado Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, foi reconhecido o "estado de greve", artimanha oficial que dá "carta branca" e o respaldo oficial para Chagas Freitas punir livre e impunemente os grevistas. Estes, aliás, estão sob fogo cruzado: os que pertencem aos quadros do funcionalismo público estão proibidos, pela Constituição, de fazer greve, os que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recebem por extensão o mesmo impedimento, porque "estão contratados para prestar um serviço público".

As represálias, que certamente virão em quantidade significativa nos próximos dias, já começaram: na mesma sexta-feira, dia 3, a professora Hildesia Medeiros, diretora da CEP, foi transferida da Função que exerce na Assessoria Técnica pedagógica da coordenação Setorial do 1.º Grau, no Rio, para uma escola no município de São Gonçalo.

Entretanto, não só com métodos repressivos e policiais age o chagismo. Miro Teixeira, o deputado federal mais votado do Brasil, herdeiro político de Chagas Freitas, candidato provável a governador do Estado, nas próximas eleições, assume uma postura mais conciliatória, abrindo-se para o diálogo com os grevistas. Além de receber algumas lideranças para discutir, Miro discorreu do Secretário Niskier afirmando, publicamente, que os professores não são radicais. E, para espanto de todos, revelou-se favorável à "reformulação da lei de greve para que esse direito também seja assegurado aos funcionários públicos".

Miro Teixeira sabe que as próximas eleições para os governos estaduais bem podem ser diretas. Ele, que inclusive já visitou os presos políticos em greve de fome, sabe que é necessário cultivar o apoio de amplos setores populares. Sintomaticamente, sua postura mais simpática surge no mesmo momento em que os jornais anunciam a autorização, pelo governo federal, da obtenção de um empréstimo de 300 milhões de dólares pelo Banco de Investimento do Estado do Rio de Janeiro, no exterior e que bem poderiam significar a possibilidade do atendimento de algumas reivindicações dos grevistas...

# LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO - 20

## O velho stalinista é afastado

Por Antônio Carlos Felix Nunes

Gino é afastado, inesperadamente da Secretaria do Comitê de Zona. São os novos tempos abertos pelo XX.º Congresso do PCUS, onde os crimes de Stalin são denunciados oficialmente.

Gino não se dá por vencido, reagindo às manobras e ao que considera como liquidacionismo dos seguidores de Luiz Carlos Prestes.

a assumir as reformas enganosas do capitalismo. Uma vergonhosa capitulação, companheiros! Eu e todos aqueles comprometidos com a classe operária, fiéis aos seus princípios e que pretendemos levá-la ao poder, não permitiremos esse colaboracionismo com o regime burguês. Tampouco permitiremos que os renegados e colaboracionistas destruam o nosso glorioso Partido Comunista do Brasil. Só este será a vanguarda avançada da classe operária, com ele faremos a revolução das massas.

## A rebeldia de Gino

E, depois de uma curta interrupção, arrematou Gino: "Não tenho mais nada a lhe falar, sou o secretário político da Zona e só aceito ser destituído por uma decisão dos militantes de base".

A rebeldia de Gino deixou os demais atarantados. Os partidários da nova linha política do PC — maioria naquela reunião logo perceberam a dificuldade para assumir o controle naquela Zona. Certamente, os argumentos de Gino pesavam, exerciam grande influência na consciência dos militantes de base, e por isso não adiantaria convocar uma reunião plenária para destituí-lo da direção. Era sabido que o seu estilo de atuação não sempre agradava e se transformara em constante alvo de críticas dos militantes, quando não era totalmente repudiado. Entretanto, possui Gino uma impressionante capacidade de convencer, ao mesmo tempo em que se fazia respeitado e admirado pela sua coragem pessoal, demonstrada nos enfrentamentos de rua. Os interventores, até então na vida clandestina e afastados das bases, não teriam igual poder de fascínio para se sobrepor à sua apaixonada e contundente argumentação em defesa da velha linha política do Partido. Graças a qual, e justamente nestes tempos de contestação interna, a comunidade partidária havia crescido e obtido consideráveis sucessos em suas campanhas.

A Gino assistia ainda um trunfo recente para reforçar sua condenação às mudanças pretendidas e os quais ele tachava de "revisionismo

burguês puro e simples": a venda do jornal do Partido cairia vertiginosamente após o Comitê Central ter orientado, através do "centralismo democrático", no sentido de que se tornassem facultativos os "comandos domingueiros". Antes, esses comandos eram obrigatórios, cada militante recebia orgânicamente a incumbência de apanhar determinada quantidade de jornais na gráfica e vendê-los em seu bairro. Quem não cumprisse tal tarefa ouviria ferinas críticas, e podia até ser punido, como o Juliano de Vila Matilde, que chorou os trinta dias de suspensão dos seus direitos políticos pelo fato de não atender a um chamado de Gino para participar desses comandos. Hoje, são poucos os militantes dispostos a esse trabalho, a cada domingo a tiragem do diário se reduz por falta de voluntários para levá-lo às massas.

## O jornal do partido em perigo

"Eis aí o primeiro resultado desse liberalismo burguês", diria Gino se houvesse a reunião plenária para discutir seu afastamento. "O jornal já não atinge as grandes massas e seu destino inevitável será o fechamento. E com isso a revolução simplesmente regredirá, sepultando-se toda a sabedoria de Lenin, através da qual se fez vitoriosa a insurreição das massas russas. Pois não nos esqueçamos que o camarada Lenin organizou a grande luta mediante sua insistente preocupação com a imprensa do Partido. Liquidar um órgão de divulgação das ideias revolucionárias era a última coisa que ele fazia quando a tática impunha recursos no avanço das massas".

"E o grupo divisionista está começando exatamente por aí, por onde não deve e por onde podem se acabar todas as esperanças da revolução — diria Gino, naturalmente acrescentando: o que revela insofismavelmente a sua intenção de equiparar o Partido a uma agremiação eleitoral pequeno-burguesa, sem mensagem revolucionária, destituído do conteúdo ideológico que marca a existência e faz a história dos verdadeiros partidos comunistas".

Gino diria ainda, caso fosse submetido ao julgamento das bases que "os defensores dessa nova linha de Moscou são intelectuais frustrados politicamente e um punhado de outras pessoas sem afinidade com o sentimento da classe operária, há tempo desejosos de saltar fora do Partido". Vejam — afirmaria — os artigos que estão saindo nos jornais denigrando a memória de Stalin. São todos de intelectuais e indivíduos de passado político pouco recomendável, eles nunca serviram a nossa causa com muita convicção, são responsáveis pelos erros do Partido, e muito pouco pelos seus acertos. Os acertos se devem ao empenho, destemor e abnegação dos militantes das fábricas e dos bairros. Aquelos outros estiveram sempre no puleiro, esperando o momento de surrular as nossas vitórias, dentre eles são poucos os autênticos, e estes continuamos conosco".

## A reação de Gino

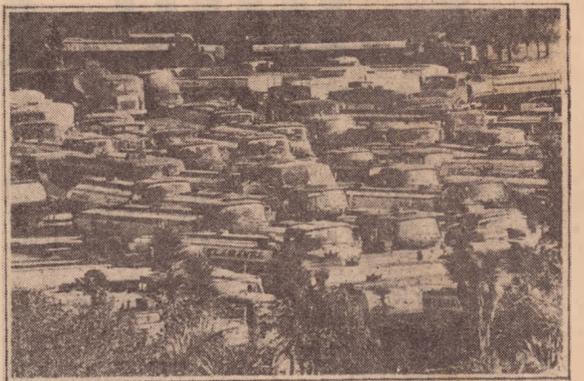
Positivamente, o Partido estava rachado no Tatuapé, como cindido já estava na Lapa, no Belenzinho, em várias cidades paulistas e em outros Estados. Gino saiu daquela reunião decidido a comunicar o sucedido às bases e concitá-las a repudiarem a interferência do Comitê Central. É verdade que não possuía o domínio de todas as células; muitas delas, embora em meio a dúvidas, acabaram aderindo — o que Gino atribuía ao culto à personalidade de Prestes — e não mais aceitavam as instruções do secretário político destituído. Isto aconteceu principalmente depois que o Gonçalves, guindado a secretário do Comitê Distrital em lugar de Gentil, rompeu com o CZ e juntou-se ao grupo prestista. Em razão dos seus amígdos contatos com os militantes, Gonçalves lograria convencer alguns a ficarem do seu lado. Porém, nas mais importantes células, como as do Carão e da Vila Matilde, seu proselitismo não foi nem um pouco frutífero. Assim, o antigo Comitê de Zona, dirigido por Gino, continuava sendo reconhecido como a verdadeira direção do Partido naquela jurisdição, ao passo que se considerava a intervenção como a ala dissidente, a intrómeto-se ali com objetivos desagregadores.

Por isso, num encontro com Gentil, mais tarde, Gino diria, agora menos tenso, e até entre um pequeno sorriso:

— Os divisionistas aqui não vão conseguir nada. Já começaram a sifir com essa reunião de hoje, ouviram o que não desejavam. E se descerem às bases serão escorraçados".

Na próxima semana: a briga pela tomada do comitê.

# Greve dos carreteiros



Os motoristas autônomos, transportadores de combustíveis pararam primeiro em Belo Horizonte, num movimento que rapidamente estendeu-se a São Paulo, em meio a ameaças de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Aqui, a história da greve em Minas por Fernando Miranda.

Quarta-feira, 1.º de agosto. Pouco mais de 200, dos 1.200 motoristas que transportam combustível no Estado, dão o golpe fatal no "clima de normalidade" que o Governador Francisco Pereira afirmava existir, apesar dos resultados violentos da greve dos pedreiros em Belo Horizonte.

Naquela manhã, os carreteiros de carga líquida de derivados do petróleo que se encontravam na Capital resolveram tomar a frente de um movimento grevista que, no decorrer do dia, envolveria todos esses companheiros ainda em viagens no interior do Estado. A medida implicava, em primeiro plano, o não fornecimento da cota de agosto do óleo diesel e óleo combustível, naquele momento já imprescindível ao funcionamento de indústrias, máquinas e transportes. A maioria com o estoque de julho esgotado há dias. Em segundo plano, significava o comprometimento total (em dois ou três dias) do abastecimento de gasolina em todo o Estado.

Os carreteiros reivindicavam um aumento do preço do frete numa faixa de 71% a 216% e a extinção do frete de transferência. O movimento iniciado pela manhã cresceu no decorrer do dia. Na primeira assembleia realizada, os empresários ficaram como intermediários entre os autônomos e distribuidoras e autoridades federais, na figura do empresário Haroldo Assunção.

Surgiu então a proposta dos empresários, de que, seguindo a decisão dos caminhoneiros de outros Estados, que deram prazo até o dia 6 para o Governo decidir sobre suas reivindicações, os carreteiros de Minas deveriam fazer o mesmo, retornando ao trabalho.

Apresentada à assembleia, a proposta foi recusada por unanimidade.

## Autônomos e patrões

As transportadoras são empresas onde, na maioria das vezes, o número de veículos próprios não chega a 10% da frota com que trabalha. Os restantes são os chamados motoristas autônomos, muitos com caminhões-tanques próprios, outros com tanques alugados a empresas, que se agregam ao empresário, para terem direito de transportar o combustível.

A paga da empresa é tirada pela "comissão de frete", que vai de 10% a 22% do total de ganho bruto do motorista. Em Belo Horizonte, as quatro maiores empresas apresentam a seguinte tabela: Jumar — 12%; Lider-Brás (filial da Petrobrás) — 22%; Jussara (do líder paradedista Haroldo Assunção) — 15% e Santa Maria 12%.

Além disso, "entendimento íntimo" entre empresas e companhias distribuidoras, impedindo até mesmo dos motoristas se filiarem à Cooperativa de Transporte de Petróleo, sob pena de perderem a concessão, acabou gerando fortes desconfiâncias entre um setor e outro, acabando com o sonho de uma greve que unisse patrão e autônomos.

Foi exatamente devido a isto que os empresários jogaram com Haroldo Assunção no início do movimento. Ele próprio, um empresário, mantinha, no entanto, uma certa liderança sobre a classe de autônomos.

Na quinta-feira pela manhã, os carreteiros voltaram a se reunir num posto à beira da estrada. Mais de 600 caminhoneiros estiveram presentes. O governador fez então uma contra-proposta aos grevistas, após consultas ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e ao Sindicato Nacional dos Distribuidores de Combustível.

Junto ao Conselho Nacional do Petróleo foi conseguido um aumento de 10% no preço do frete, o Sindicato prometeu estudar também um aumento correlato para o dia seguinte, enquanto as empresas se dispuseram a abrir mão, até o dia dez (prazo pedido pelo Governo para responder às reivindicações do setor), da comissão sobre o frete. Totalizando, os autônomos recebiam uma proposta de aumento acima de 30%, e deveriam, caso esta fosse aceita, retornar ao trabalho imediatamente.

Quem expôs a proposta foi Haroldo Assunção. Porém, mesmo antes de conhecê-la por inteiro, a assembleia já manifestava seu repúdio à decisão, visto que os caminhoneiros que foram ao Palácio a haviam recusado, com exceção de Haroldo, que se comprometera com o Governador em conseguir passar a proposta junto à assembleia.

Finalmente, ele revelou que o Governo estava disposto a intervir no terminal e se preciso fosse, requisitar os caminhões parados, que seriam dirigidos por soldados da polícia e funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem.

A resposta foi uma vaia e o aumento da tensão entre os motoristas.

## Pau na imprensa

Com a assembleia tumultuada, Assunção desceu da carroceria do caminhão, de onde falara aos grevistas, e passou a conversar com grupos, tentando adquirir adesão à proposta governamental. Neste momento, alguns motoristas tomaram a direção da assembleia e passaram a denunciar o apoio da imprensa ao governador. Referiam-se então ao radialista Gil Costa, da rádio Capital, que havia se referido à classe como "safados", "malandros", de quem "o Exército deveria tomar os caminhões". Uma campanha semelhante é levada pelas rádios contra a greve da construção civil.

"Pau na imprensa" foi um grito quase imediato no meio dos motoristas, que envolveram 7 repórteres que começaram o movimento. Ninguém distinguia naquele momento Gil Costa de qualquer outro jornalista. Enquanto este se encontrava nos estúdios da rádio Capital, falando o que bem entendia, sem possuir conhecimento de causa, os repórteres de campo, de vários jornais e revistas eram ameaçados de espancamento pela afirmação incoerente, do ex-disc-jôquei, que nunca deveria ter saído da vitrola para o microfone.

Foi necessário uma verdadeira aula de realidade do jornalista mineiro ministrada aos gritos, para os motoristas compreenderem que a opinião de um repórter não é a mesma da empresa onde trabalha. Que Gil Costa não é jornalista e sim radialista e que várias emissoras de rádio, naqueles dias de greve na Capital mineira, haviam se especializado em causar pânico, em exagerar os fatos tentando desmoralizar os movimentos operários, principalmente a recém-lançada Capital ("na extrema esquerda de seu rádio") e a rádio Itatiaia.

Por volta das 17 horas, o primeiro carro-tanque (pertencente à empresa Santa Edwiges) deixou os pátios da Petrobrás, trafegando em direção a Betim. Não chegou porém a percorrer 1 km. Em frente à Fiat foi cercado por dezenas de motoristas que desembarcaram pouco antes de várias camionetas.

Em quinze minutos a polícia apareceu. Soldados da tropa de choque do Batalhão de Guardas da PMMG tomaram posição ao lado da carreta danificada, metralhadoras em punho, enquanto o terminal petrolífero era ocupado por um contingente superior a mil homens, do 5.º BPM de Belo Horizonte e do 6.º BPM de Governador Valadares (deslocado para a Capital na quarta-feira).

## Nova liderança

A busca de uma nova liderança foi a preocupação dos motoristas a partir deste momento. Segundo o jornalista Waldir Ferreira Bamba, era necessário unir os autônomos em torno de uma liderança autêntica, pois, "não se pode confiar nas transportadoras, que tiram seus ganhos de nosso trabalho e que portanto têm como empenho a liquidação da greve" disse. Lembrou ainda que, para as empresas era fácil acatar a proposta do Governo, já que elas possuíam capital para rodar, pagando o óleo diesel com a majoração de 50%.

No início da tarde os grevistas ficaram sabendo, também, do início do movimento paradedista entre os transportadores e derivados de petróleo em São Paulo. Não conseguiram porém, estabelecer o comando que determinaria os rumos do movimento.

No final da tarde, a greve perdia também seu instrumento econômico, já que o carregamento intensivo de combustível, não só para Belo Horizonte, como para as cidades do interior, eliminou a carência nos pontos vitais de pressão. Passou a existir também a concretização, em portaria, da ameaça governamental de requisitar os caminhões.

Mesmo com o aumento do número de motoristas retornando ao trabalho, sábado amanheceu com 45% da classe dos autônomos parada e o terminal ainda ocupado pelos três batalhões da PMMG. De São Paulo veio a notícia do novo aumento de 11% concedido pelo CNP no preço do frete e da decisão de parte dos transportadores daquele Estado, de reiniciarem os trabalhos.

## Construção Civil em BH

# A traição do pelego acabou com a greve

Com a intervenção das lideranças sindicais na assembleia de quarta-feira, a greve dos trabalhadores da construção civil está mais forte do que nunca. Esboça-se a formação de um comando de greve. A partir de 8:00 horas começam a ser formados os piquetes que durante todo o dia percorrerão a cidade, paralisando completamente as obras.

O único incidente ocorre à tarde, com forte suspeita de provocação policial. Alguém indica a um dos piquetes operários uma obra em atividade na avenida do Contorno; esquina com rua Camões. Os piquetes se dirigem para lá. Tratava-se da obra de construção da futura sede da Associação dos Delegados de Polícia de Belo Horizonte. Trava-se o confronto. Policiais do DOPS, sob o comando de David Halan citado no listão de torturadores do EM TEMPO, armados com metralhadoras e fuzis ferem um e prendem trinta operários.

Mais de dez mil operários comparecem à assembleia das 17:00 horas, marcada para o campo do Atlético. Pizarro fala da reunião próxima do TRT, "da complexidade do assunto que vai ser examinado", e termina mandando a massa ir embora. Alguém questiona sobre o pagamento do salário no dia seguinte e Pizarro não perde a oportunidade: "vocês querem voltar ao trabalho amanhã?" "Não", é a resposta, em uníssono, da massa.

A noite Pizarro vai às televisões defender a obediência à decisão do Tribunal Regional do Trabalho; piso salarial de Cr\$ 3.600,00 para serventes, de Cr\$ 6.500,00 para oficiais, de Cr\$ 12 mil para encarregado e de Cr\$ 20 mil para mestre-de-obra; aumento de 53 por cento sobre o acordo salarial de setembro de 1978 e a decisão da não-ilegalidade da greve.

## O dia da traição

Na sexta-feira Pizarro madruga no campo do Atlético. Propõe a desati-

vação dos piquetes aos operários e procura já encerrar a greve, afirmando que aqueles que desejassem voltar ao trabalho já poderiam fazê-lo. Um trabalhador do comando de greve intervém, reafirmando a convocação para a assembleia das 14:00 horas.

Momentos depois, sem esperar pela volta da comissão, recomeça a falar. Parte para as ameaças: "a Justiça do Trabalho nos deu um aumento de 53 por cento e não considero a nossa greve ilegal. Se não aceitarmos este aumento e não voltarmos ao trabalho, a greve será considerada ilegal."

E logo a seguir propõe: os trabalhadores que são a favor da greve legal que levantem os braços". Os trabalhadores iludidos levantam em massa os seus braços. Pizarro logo concluiu: "eu entendo que isto é o fim da greve". A massa reage imediatamente e cada vez mais nervosa: "oito mil, é cinco mil!" Novamente o pelego propõe o adiamento da decisão.

Passado algum tempo, Pizarro retoma a palavra. Propõe: "os que forem a favor da greve legal vão para a direita e os que forem contra a

As manobras divisionistas do Tribunal Regional do Trabalho atendendo as reivindicações dos encarregados (salário de Cr\$ 12 mil) e mestres (Cr\$ 20 mil), enquanto concediam apenas Cr\$ 3.600 para os serventes (pediam Cr\$ 5 mil) e Cr\$ 6.500 para os pedreiros (pediam Cr\$ 8 mil) e a traição aberta do pelego Francisco Pizarro, contribuíram para apressar o fim da greve dos trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte. O dia da traição, o papel dos sindicalistas autênticos e o apoio da população estão nesta edição (Cobertura da Sucursal de Minas)

vação dos piquetes aos operários e procura já encerrar a greve, afirmando que aqueles que desejassem voltar ao trabalho já poderiam fazê-lo. Um trabalhador do comando de greve intervém, reafirmando a convocação para a assembleia das 14:00 horas.

Momentos depois, sem esperar pela volta da comissão, recomeça a falar. Parte para as ameaças: "a Justiça do Trabalho nos deu um aumento de 53 por cento e não considero a nossa greve ilegal. Se não aceitarmos este aumento e não voltarmos ao trabalho, a greve será considerada ilegal."

E logo a seguir propõe: os trabalhadores que são a favor da greve legal que levantem os braços". Os trabalhadores iludidos levantam em massa os seus braços. Pizarro logo concluiu: "eu entendo que isto é o fim da greve". A massa reage imediatamente e cada vez mais nervosa: "oito mil, é cinco mil!" Novamente o pelego propõe o adiamento da decisão.

Passado algum tempo, Pizarro retoma a palavra. Propõe: "os que forem a favor da greve legal vão para a direita e os que forem contra a

vação dos piquetes aos operários e procura já encerrar a greve, afirmando que aqueles que desejassem voltar ao trabalho já poderiam fazê-lo. Um trabalhador do comando de greve intervém, reafirmando a convocação para a assembleia das 14:00 horas.

# O povo apoiou os pedreiros

Por todos os cantos de Belo Horizonte fala-se nas greves... O cotidiano da cidade está todo alterado: nas esquinas, nos bares, no interior dos coletivos cada um conta o que viu ou ouviu dizer, muitos se arriçam num palpito, outros preferem só ouvir. O movimento no centro da cidade está reduzido. Mas o coração de Belo Horizonte pulsa forte.

Logo pela manhã, na quarta-feira da semana da greve, os rádios da cidade começam a noticiar a greve dos caminhoneiros. Na BR-262, na altura da refinaria Gabriel Passos, o trânsito está completamente interrompido; ao longo de um quilômetro se arrasta a fila dos caminhões-tanques. Começa o corre-corre aos postos de gasolina, a fila está enorme, discussões, os ânimos estão exaltados. Os supermercados e mercearias dos bairros têm um movimento intenso e em alguns deles já se cobra até uma pequena percentagem para se obter um carrinho para transportar as compras. O comércio no centro foi interrompido, as lojas estão à meia-orta. As aulas do primeiro e segundo graus funcionam com grande número de faltosos. Na quinta-feira, o movimento dos carros ainda é muito reduzido, poucos carros particulares rodam, a maioria é táxi e ônibus. As três horas da tarde desce um piquete de pedreiros na avenida Álvares Cabral, rumo à avenida Afonso Pena. O povo se aglomera nas janelas dos edifícios, o comércio já não cerra as portas, todos páram para ver a massa de mil homens que passa.

A imprensa afirmou, com insistência, que a "tradicional família mineira" estava em pânico e condenava a "revolta dos pedreiros". Nossa repórter Candida Borges percorreu as ruas de BH e viu que a coisa não é bem assim: a maioria da população, passado o primeiro momento de desinformação, apoiou o movimento dos peões, como apoiara antes os professores, motoristas e vigilantes.

Belo Horizonte vive momentos sem par, com cheiro de crise social. Uma crise que é vista sob uma ótica geralmente conflitante pelos diversos grupos sociais.

Na lanchonete Acalaca, na avenida Afonso Pena, centro da cidade, uma senhora aparentando uns 50 anos, ao tomar conhecimento que os pedreiros vão passar por ali, fica apavorada e diz ter medo: "tenho medo não dos pedreiros, mas do choque com a polícia. Ela não escolhe para atacar, maltrata muito, vai em todo mundo".

Na terça-feira, por volta das 8 horas da manhã o piquete passa pela avenida Augusto de Lima também em pleno centro comercial. Em uma pequena lanchonete "Pão de Queijo", as portas estão descidas, poucos clientes ficam, começa a discussão. O pequeno proprietário é o primeiro a falar: "estou fechando porque não sou otário, eles podem quebrar tudo. Mas sou a favor dos pedreiros". Um senhor retruca: "eu

sou contra. Já que você é a favor por que então fechou o "Pão de Queijo"? O proprietário responde: "quem está quebrando são marginais que estão infiltrados no meio deles". Um outro freguês também entra no papo: "você está contra porque não passa fome, esse pessoal vive na miséria, eu estou do lado deles". A discussão dura uns cinco minutos, a maioria está a favor. O piquete passa, a porta é novamente aberta, as pessoas se dispersam.

Uma comerciante conta que "ontem era 14:30 horas, eu estava passando na praça Raul Soares e um deles veio e puxou o meu cabelo. Então outros chamaram a atenção dele e isto mostra que este negócio da bagunça não é todo mundo, é uma minoria. Os pedreiros têm razão, eles merecem o que estão pedindo. Esta revolta é por causa da pressão que fizeram em cima deles, todo trabalhador tem direito".

Na Cidade Industrial comentam-se as greves e, com destaque, a mor-

te do operário. Uma senhora, que vende laranjas na porta de uma fábrica, está revoltada: "são uns assassinos, uns covardes, parece que a polícia não tem mãe, filhos e mulher. E o governador ainda fala que quem matou o moço foi trabalhador...? é um covarde, está tentando esconder e proteger os cachorros deles". No interior de um ônibus que serve o bairro Riacho, bairro operário, na periferia de Belo, dois passageiros começam a discutir e aos poucos os demais vão entrando na conversa. A maioria é a favor dos pedreiros e por fim um trabalhador diz ao que estava contra: "trabalhador não pode ficar contra trabalhador, é tudo uma coisa só". O ônibus termina o trajeto, morre a discussão.

No supermercado popular EPA, no centro, uma moça aparentando uns 20 anos lembra comovida: "eles estão cobrando o que a polícia fez com as professoras, quando bateram nelas. Nós estamos revoltados, a gente tem é que ganhar no grito".

Entretanto, na praça da Savassi - zona "nobre" da cidade - os comentários não combinam com os demais. Aliás dançam ao som de outra música "o Figueiredo não podia ter dado a abertura. Agora virou bagunça, é greve pra todo lado". Uma proprietária de butik não deixa por menos: "são uns bichos, uma cambada de marginais".

E, enfim, as opiniões não são tão aleatórias. Cada um fala defendendo o seu quinhão e todos vão se definindo, sem alternativas para o meio termo: de um lado estão os patrões e do outro os trabalhadores.

Mana Coelho



PM atônita não segura a peçoada



O general Victor Castillo, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Bolivianas, deu três dias de prazo para que o Congresso escolhesse o novo presidente do país. O prazo vence na segunda-feira dia 6 e a Bolívia continuava sem governo, enquanto os militares ameaçavam cancelar as eleições realizadas no dia primeiro de julho. Na verdade, o impasse foi criado pelo próprio governo do general David Padilla, ao estabelecer regras do jogo eleitoral absolutamente inviáveis em um país como a Bolívia. Para ser eleito, o candidato deveria receber a metade dos votos e mais um, uma ótica que supõe a polarização do país em duas facções, uma espécie de jogo entre Arena e MDB. Nas eleições realizadas no dia primeiro de julho, o candidato da frente de esquerda UDP obteve 528.696 votos, 1.512 a mais que os votos dados a Paz Estenssoro do tradicional MNR (Movimento Nacional Revolucionário). O ex-ditador Hugo Banzer da recém-criada Aliança Democrática Nacionalista (que ele mesmo criou) ficou em terceiro lugar, com menos da metade dos votos dados a Siles Suazo.

De fato, o candidato da frente popular, Siles Suazo, obteve 53 mil votos a mais que seu principal opositor, Paz Estenssoro, mas o Tribunal Eleitoral Nacional eliminou essa vantagem, deixando a UDP com pouco mais de mil e quinhentos votos na frente.

Evidentemente, em países de tradição eleitoral, a tendência seria confirmar a vitória de Siles Suazo, pois seria um contra-senso o segundo colocado assumir o cargo, transformando o voto popular em uma simples questão de retórica. Foi o que aconteceu no Chile, durante as eleições presidenciais de 1970. Nenhum dos três candidatos que na época concorriam (Salvador Allende, da Unidade Popular, Radomiro Tomić, da Democracia Cristã e Jorge Alessandri, do Partido Nacional) obteve maioria absoluta. No entanto, Allende ficou em primeiro lugar pelo voto popular e a Democracia Cristã, de Radomiro Tomić, votou a favor do candidato socialista, durante as eleições no Congresso. Não é o caso da Bolívia, onde o MNR preferiu aliar-se aos militares, esperando uma solução que levasse seu líder, Victor Paz Estenssoro, ao Palácio Quemacoco.

**Eleições para vencer o impasse**

As sessões do Congresso foram acompanhadas nas ruas por partidários da UDP que realizaram manifestações, exigindo a posse de seu candidato, ao mesmo tempo em que acusavam o governo de fraude. Uma greve geral, convocada pela Central Operária paralisou o país durante 24 horas do dia 2, enquanto Siles Suazo se declarava em greve de fome em protesto pelas manobras do governo para impedir sua posse.

De fato o processo eleitoral na Bolívia que culminou com o atual impasse não foi um presente dado pelo general David Padilla aos bolivianos.

A estratégia de eleições obedeceria, em grande parte, à nova política norte-americana de legitimar os governos anti-populares da América

**Militares bolivianos:**

**O desrespeito às urnas e a ameaça de golpe**

**Walter Guevara Arce conseguiu finalmente ocupar o cargo com o qual vinha sonhando há 20 anos: o de Presidente da Bolívia. Guevara vai governar interinamente o país até maio do próximo ano, quando serão realizadas novas eleições. Esse foi o acordo feito pelo Congresso boliviano depois de sete dias de debate.**

Por Vilma Amaro



Latina. Hugo Banzer iniciou o processo com o golpe que colocou no governo o general Pereda Asbún, no ano passado. Contando com a desorganização dos partidos depois de uma década de regimes militares, Hugo Banzer pretendia vencer as eleições facilmente, apoiado nas pressões e na fraude. No entanto, David Padilla, que derrubou o governo de Pereda em novembro de 1978,

crítico do Estado. Além disso, a oposição aos governos que se sucederam neste período cresceu nas ruas com a campanha contra o acordo sobre a venda de gás, assinado com o Brasil. Some-se tudo isso, à derrota dos militares nas eleições de julho do ano passado, quando as pressões continuadas de Banzer foram por terra, com a vitória da UDP, o que propiciou a entrega do poder a Asbún.

Em meio a esse panorama e as disputas da burguesia para consolidar um setor hegemônico no Poder, a realização de eleições surgiu como única solução para o vazio criado pelos militares. Tudo estava calculado, mas a força das organizações de esquerda aparece subitamente como elemento de perturbação ao processo elaborado pelos militares que tinham ainda a seu favor a repressão e a fraude.

**A Frente Popular**

A UDP surgiu em abril do ano passado, integrada pelo Partido Comunista, o Partido Socialista, o Movimento de Esquerda Revolucionária, o Movimento Nacional Revolucionário de Esquerda (MNRE, uma dissidência do MNR, liderada por Suazo) e o Movimento Revolucionário Tupac Katari, representante dos setores almaras do altiplano, que no atual Congresso constitui um grupo à parte. Nas eleições de julho, os socialistas concorreram com candidato próprio, Marcelo Quiroga de Santa Cruz, apesar de a UDP colocar-se como uma frente ampla de esquerda. Também ficaram de fora na constituição da UDP, o Partido Comunista Marxista-Leninista, pró-Pequim, que decidiu apoiar Estenssoro e o Partido Revolucionário de Esquerda Nacional, o PRIN, de Juan Lechin, presidente da Central Operária Boliviana.

Para Siles Suazo (que na década de 40 foi companheiro de partido de Paz Estenssoro), além da unidade dos principais partidos de esquerda, sua eficiência e organização foram responsáveis pelas conquistas obtidas do governo Padilla, ao qual deu apoio crítico. O líder da UDP considera que vários fatores contribuíram para a vitória da esquerda: os organismos estatais, que controlam 70 por cento da atividade econômica do país (como o Comibol), Confederação Mineira da Bolívia, estão em situação deficitária. Os últimos governos acumularam uma enorme dívida externa e as reservas do Banco Central atingiram o nível mais baixo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, a inflação desencadeou uma reação em todos os níveis. Finalmente - diz Siles Suazo - a divisão das Forças Armadas é um fator que possibilita uma brecha à esquerda.

Há elementos progressistas no Exército, como o general Jorge Echazu, das Minas e Gary Prado, do Planejamento (o mesmo que, curiosamente, chefiou o grupo de rangers responsável pela morte de líder revolucionário Che Guevara, há dez anos).

**Ontem aliados, hoje adversários**

Esses fatores fizeram com que a esquerda, apesar da repressão violenta sofrida no governo de Hugo Banzer, pudesse se organizar rapidamente e até vencer uma eleição presidencial, fato que deixou os militares estupefatos.

Muitos dos líderes políticos que se defrontam atualmente no panorama político boliviano foram companheiros de jornada na década de 40, logo depois da guerra do Chaco contra o Paraguai. Entre eles, Siles Suazo, Victor Paz Estenssoro e Walter Guevara (atual presidente do Congresso). O grupo se organizou para combater politicamente as companhias que controlavam as minas de estanho, em sua maioria de propriedade britânica e norte-americana. Sua linha de ação era, assim, claramente nacionalista e os pontos principais de seu Partido - o MNR - refletem essa posição: 1 - abolição da estrutura oligárquica, que consideravam feudal; 2 - Nacionalização das três grandes companhias mineiras que operavam no país e controle estatal do comércio exterior; 4 - reforma agrária para integrar as massas camponesas à produção.

Os líderes do MNR assumiram nessa época a defesa dos mineiros reprimidos violentamente em Catavi, durante um massacre, o que lhes deu simpatia entre os sindicatos. Pouco depois, o presidente Guaberto Villarroel chegou a nomear Paz Estenssoro como secretário da Fazenda, incluindo também entre os membros do governo, outros líderes do Partido. Juan Lechin foi eleito secretário-geral da Federação dos Mineiros. Mas, um golpe de Estado derrubou Villarroel e seus partidários do MNR partem para o exílio, situação que dura até 1951, quando são realizadas eleições presidenciais. O MNR vence as eleições mas, da mesma forma, como está ocorrendo atualmente, o governo se negou a reconhecer a vitória daquele que na época era considerado um partido de esquerda. O general Hugo Ballivián toma o poder, mas tem que se enfrentar com uma revolta dos mineiros, liderada por Siles Suazo, Lechin e outros. Estenssoro é chamado a ocupar o governo. No campo, iniciam-se invasões de terra, sob as palavras de ordem do MNR, o que

leva o governo a realizar uma débil reforma agrária. A essa altura, o MNR também não consegue manter-se unido e várias tendências começam a surgir. Siles Suazo busca solucionar alguns conflitos, pedindo apoio à ala direita do MNR, o que não consegue; Walter Guevara que esperava ser candidato à presidência, separa-se do Partido e funda o FRA - Partido Revolucionário Auténtico. Juan Lechin apolona na Federação Mineira ameaça o governo de Estenssoro com uma revolta armada, o que não concretiza, graças a um acordo de última hora feito com o presidente.

**Divisão no MNR**

Estenssoro nacionalizou as minas de Patiño, Aramayo e Rotschild, mas para enfrentar o déficit da recém-criada empresa pública pede socorro financeiro ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico e aos Estados Unidos que exigiram em troca o controle operário sobre a COMIBOL, Confederação Mineira da Bolívia.

A progressiva direitização de Estenssoro levou Siles Suazo e outros líderes do MNR a se afastarem e se oporem ao que seria o terceiro período constitucional do MNR. Em 1964, Siles Suazo cria o MNRI - o Movimento Nacional Revolucionário de Esquerda.

As divisões internas do MNR levam seu líder, Estenssoro, a procurar apoio nos militares, a quem havia bajulado com a compra de moderno armamento para enfrentar os levantes populares. Em 1964, em meio a um grande vazão político, Estenssoro é o companheiro de chapa do general René Barrientos que termina por tornar-se presidente da Bolívia. Barrientos morre em acidente aéreo no seu segundo mandato e quem assume é Ovando Candia. Este por sua vez é derrubado por Juan José Torres que estabelece um governo de esquerda no país, mas é derrubado por Hugo Banzer. Curiosamente, Siles Suazo se une a Victor Paz Estenssoro nesse golpe para derrubar um governo popular e apolam Hugo Banzer. Este pagou o que a Ingratidão o valoroso apolo. Deportado do país, os principais líderes do PRIN, do MNR, do POR (Partido Operário Revolucionário), do Partido Socialista, Partido Comunista e a Democracia Cristã.

Siles Suazo é assim uma figura política contraditória, mas fora o erro de cálculo imperdoável, apoiando Banzer, costuma assumir posturas progressistas. Seu companheiro de jornada, Estenssoro, passou definitivamente para o outro lado e como em 1964, busca agora compor-se definitivamente com os militares.



**Irã**

**A "Constituinte" islâmica e as forças de oposição**

**Apesar da vitória dos partidários do aiatolá Khomeini nas eleições para a "Constituinte" islâmica, há indícios do desgaste de sua influência. Isto torna mais fácil para as forças do movimento operário e popular viabilizar uma alternativa, capaz de resolver os gritantes problemas do Irã, que o governo não tem sequer enfrentado.**

Por J. Machado

Interior, o que multiplicou as denúncias de fraude.

Como resultado desta situação, o comparecimento às eleições foi sensivelmente inferior ao de março, quando foi realizado um referendunum (a favor da República Islâmica ou a favor da monarquia), o que o próprio governo reconheceu. Isto apesar dos enfáticos apelos para que o povo comparecesse às urnas, feitos pelo aiatolá Khomeini em pessoa. Aliás, é bom que fique claro que a Constituinte não é bem uma Constituinte: destinou-se à eleição dos "especialistas" que deverão elaborar uma "constituinte islâmica".

**Eleições de opositores**

Do mesmo modo que o desgaste geral das eleições, é sugestiva a votação de alguns candidatos. Os khomeinistas, é certo, ficaram com a maioria, sendo que alguns de seus principais concorrentes - como o economista Abulhassan Bani-Sadr, principal conselheiro econômico de Khomeini, e o aiatolá Montazari (ambos membros do Conselho da Revolução), além de uma mulher (a única), Monira Gorgi, ficaram entre os mais votados. Mas quem obteve a maior votação individual foi o aiatolá Taleghani, religioso progressista, próximo da esquerda e dos meios intelectuais, e que já teve desentendimentos com Khomeini a respeito dos "comitês Khomeini" e dos tribunais revolucionários.

Também se elegeram opositores como o escritor e defensor dos

direitos humanos Abdul Karim Lahidji e o líder do agrupamento dos muçulmanos de esquerda (Mujadins i Kalq, guerreiros do povo), Massud Radjavi. Entre os curdos, o agrupamento marxista Fedayin i Kalo (combatentes do povo) obteve grande apoio. Fato interessante é que o presidente dos tribunais revolucionários, o aiatolá Khalkhali, não conseguiu se eleger.

Podemos concluir que, apesar de Khomeini conservar a hegemonia sobre o processo político iraniano, o desgaste de sua liderança, provocado pelo caráter anti-democrático e mesmo obscurantista de sua política, pelo desrespeito aos direitos das minorias nacionais, pela incapacidade de oferecer qualquer saída para a calamitosa situação econômica dos trabalhadores, vai conferindo à oposição um papel mais importante.

Além do partido do aiatolá Charriatmadari, do movimento islâmico moderado, a oposição burguesa tem duas forças políticas principais. A primeira, é a Frente Nacional de Karim Sandjabi. Antes da queda do xá teve bastante importância, mas sua influência tem declinado rapidamente. A razão disso é clara: começou apoiando sem reservas o governo Bazargan e os extremistas religiosos, avaliando inclusive a campanha contra os progressistas. Apesar da posterior demissão de Sandjabi, a marca da Frente Nacional continuou a ser de uma oposição ambígua, mesmo porque manteve alguns membros do Ministério. Foi uma das forças que boicotaram as eleições da Constituinte.

**A lastimável evolução do Tudeh**

Com o declínio da Frente Nacional, cresceu a influência da Frente Democrática Nacional, liderada pelo neto do antigo primeiro ministro Mossadegh, Matine Daftari. Tem um caráter populista, propugnando por uma frente de classes que luta pela democracia, pela independência nacional e por "mudanças sociais". Também boicotou as eleições.

O partido mais antigo e melhor organizado do movimento operário é o Tudeh ("partido das massas"), pró-soviético. O menos que se pode dizer de sua atuação é que tem sido lastimável. Apoiava, naturalmente, o governo "progressista" de Mossadegh, mas recusou-se a combater o golpe de Estado de 1953. Depois disso, passou a apoiar... o xá! A argumentação era a necessidade de um período de "democratização da monarquia", a ser desenvolvida num quadro de "coexistência pacífica". Curiosa versão da teoria da "revolução em duas etapas"! Disseminou ilusões acerca da reforma de 1960-63 do Xá, julgando que elas representariam a materialização de "sua aspiração de "democratização", quando na verdade foram seguidas de um endurecimento da ditadura.

A URSS, aliás, apoiou o xá até sua queda. O Tudeh mudou sua posição entre agosto e setembro de 1978. Como para provar sua incapacidade de desenvolver uma política independente, a partir daí alinhou-se inteiramente às posições de Khomeini e da "República Islâmica". Manteve sua linha de "revolução por etapas", mas a natureza da "etapa" mudou. Deixou de ser "democratização da monarquia" e passou a ser "revolução popular de tendência religiosa", de "reconstrução da economia iraniana", de "unidade nacional".

Com esta argumentação, desenvolveu uma campanha ativa a favor da "República Islâmica" em março, e agora defendeu o apelo aos candidatos religiosos à Constituinte nas circunscrições em que não concorreu.

**Fedayin: conservar as armas**

Totalmente diferente é a evolução dos Fedayin i Kalq (Combatentes do Povo). Sua direção é egressiva de Tudeh, e em menor medida, da Frente Nacional. A partir do fracasso da experiência reformista de 1953 e as reformas de 1960-63, e sob a influência da Resistência Palestina, iniciaram uma campanha de guerrilhas em 1970-71. Estiveram entre os principais atingidos pela polícia política do xá, a temível SAVAK. Por seu heroísmo na luta contra o xá, e por sua participação muito ativa na insurreição que derrubou a monarquia em fevereiro último, conquistaram uma grande influência, especialmente na classe operária urbana e entre minorias nacionais, como os curdos, cuja luta têm apoiado.

Foram uma das forças que se recusaram ao desarmamento da população depois da queda da monarquia, e que mantiveram uma posição mais crítica com relação ao governo Khomeini-Bazargan, especialmente à sua orientação anti-democrática. O "Monde Diplomatique" de junho último registrou um expressivo depoimento dos fedayins: "nós não demos milhares de mortos para que a revolução seja confiscada por um governo de burgueses reformistas apoiado por um punhado de fanáticos religiosos. As classes trabalhadoras têm demandas legítimas. Se elas não podem fazer ouvir suas vozes, fazer valer seus direitos, nós retomaremos as armas".

**Por uma República Operária e Camponesa**

O que tem, por enquanto, limitado o alcance de sua participação oposicionista é sua defesa da "necessidade de manter a unidade das forças revolucionárias face aos complices dos agentes do imperialismo". "A única chance que lhes resta de restaurar sua hegemonia no Irã é nos levar à guerra civil".

Muito mais ambígua e difícil é a posição do outro agrupamento

guerrilheiro, os Mujadins i Kalq (Guerreiros do Povo). Como membros da esquerda e do movimento islâmico, partidários ao mesmo tempo do socialismo e da "República Islâmica", têm tido uma grande dificuldade para definir uma linha de atuação. Por outro lado, do mesmo modo que ocorre com os fedayins, têm uma grande influência, adquirida por sua luta heróica contra o xá e pela sua participação na insurreição de fevereiro.

Uma força que se pronuncia claramente sobre a necessidade de romper com o governo burguês para fazer avançar a revolução, de pôr todo o empenho na formação de órgãos de poder operário e camponês, na instauração de uma República Operária e Camponesa, é o HKS - Hezbe Karagane Socialist, Partido Socialista dos Trabalhadores. Constituído pela junção de quatro grupos trotskistas pouco antes da derrubada da monarquia, é ainda bastante reduzido. Teve recentemente 16 militantes presos, o que motivou uma campanha internacional pela sua libertação, liderada pela Quarta Internacional.

O governo vem demonstrando sua incapacidade para resolver os problemas do Irã, nenhum país subordinado ao imperialismo conseguiu até hoje libertar-se sem romper com o capitalismo. A questão que se coloca é então: ou se forja uma alternativa socialista clara, capaz de dirigir o ímpeto das reivindicações de massas, ou a sociedade iraniana estará diante de um impasse. O islamismo pode se tornar numa fonte de justificativa ideológica da opressão, ou pode fracassar nesse papel, e abrir caminho para outro tipo de dominação, apoiada pelo imperialismo. O último primeiro ministro do xá, Shapour Bakhtiar, fez sua reparação em cena e joga nesta possibilidade. Qualquer das duas pontas do impasse significaria que a luta contra a opressão do xá teria sido frustrada.

# fogo cruzado contra o projeto da ditadura

Não há dúvidas que pelos lados do poder o espetáculo está ficando cada vez mais grotesco. Entre o cumprimento da coreografia, o acompanhamento da partitura e a expressão de liberdade e de dignidade, bailarinos e músicos atravessam, embaralham, rastejam, tropeçam e ameaçam cair sobre a platéia.

Na reunião da comissão mista do Congresso, encarregada de discutir o projeto de anistia parcial do regime, realizada no dia 2 de agosto, quando o deputado Edson Khair (MDB-RJ) propôs que se organizasse sub-comissões para visitar os presos políticos, os parlamentares da Arena, com o relator da matéria senador Ernani Sátiro, que há dois anos atrás dizia não haver preso político no país, à frente, tomados pela surpresa, não encontraram meios para recuar. A proposta foi aprovada por aclamação. Ernani Sátiro inclusive manifestou que seu partido participaria das viagens, que começaram no último fim de semana.

Contudo, já no dia seguinte à reunião, sexta-feira, os representantes do governo deram o dito pelo não-dito. Mudaram seus votos, esgrimindo como justificativa o ofício que o Presidente do Superior Tribunal Militar, general Reynaldo Mello de Almeida, endereçou ao senador Luiz Vianna Filho, presidente do Congresso, advertindo contra a visita do senador Teotônio Vilela (MDB-AL) aos presos políticos de São Paulo. Isto por que não foi precedida de autorização do poder judiciário. Como para um bom entendido meiapalavra basta, os parlamentares da Arena entenderam o recado.

## Arenistas em polvorosa

Ainda na quinta-feira, ao passo que a comissão apoiava as visitas, o senador Jarbas Passarinho as condenava porque poderiam transformar a comissão mista numa "comissão de inquérito sobre torturas."

As coisas não ficam por aí. Depois de aprovarem a visita, os arenistas preferiram bater em retirada. Negaram-se a participar na reunião da comissão mista em que o senador Teotônio Vilela iria apresentar documentos fornecidos pelo CBA, relatando as torturas sofridas pelos presos políticos excluídos da anistia do Governo, além de outros relatórios importantes como o das perseguições sofridas pela Igreja no período de 1968-1978, fornecido por Dom Paulo Evaristo Arns, além do dossiê da invasão da Universidade Católica de São Paulo pela polícia dirigida pelo então Secretário de Segurança Erasmo Dias, hoje deputado federal pela ARENA.

Das visitas que as comissões fizeram aos presídios — sem a presença dos arenistas — trouxeram os sinais de que a greve de fome iniciada em 22 de junho pelos presos políticos do Rio de Janeiro poderia se ampliar logo no início desta semana com novas adesões, além da dos presos políticos de Itanhaém. (Ver Box.)

Enquanto isto, os 13 representantes do governo manifestaram-se contra a idéia dos parlamentares do MDB de levar entidades como a ABI, OAB e CNBB a discutir o projeto com a comissão. Os arenistas compareceram à reunião do dia 6/8, segunda-feira, somente para votar contra a proposta e asseguraram que daí para frente "o presidente da comissão pode insistir em convocar sessões extraordinárias. Pode convocar, mas não compareceremos e não haverá quorum para nenhuma deliberação".

## Paritem pro boicote

O deputado Nelson Marchezan (Arena/RS) garante que nenhuma pressão, nem greves de fome ou mobilizações populares promovidas por entidades que lutam pela anistia ampla, geral e irrestrita, ampliarão o projeto de anistia do governo, pois segundo o líder do governo na Câmara, este projeto "é resultante do consenso da nação brasileira, acolhido pelo governo, por seus ministros e políticos e representa o máximo possível de concessão no momento".

Os próprios companheiros de Nelson Marchezan se apressaram em desmentir-lo. Parece que as pressões funcionam e que o projeto não é tão fruto do consenso nacional pois o senador Luiz Cavalcante (Arena/AL) declarou, no último domingo, que "a anistia é um fato que a opinião pública prefere irrestrita e eu, como um bom democrata, me rendo à opinião da maioria".

O caminho da anistia está se enchendo de arenistas democratas da última hora. O deputado Homero Santos opinando que o Congresso não deve abrir mão de sua obrigação de aperfeiçoar a matéria, o senador Jarbas Passarinho afirmando que a anistia deve ser mais abrangente, e o deputado Carlos Wilson, talvez temendo que ninguém acredite, assegurando que sempre foi favorável à anistia ampla e que poderá votar contra a posição da Arena.

## O regime leva susto

Uma coisa é certa: é inesperada (para o regime) a condenação popular, cada vez mais ampla, de seu projeto de anistia restrita — manifestada através de atos de massa — que vêm se somando a uma ofensiva parlamentar por parte da oposição e inclinatvas de familiares de torturados, desaparecidos e mortos, que reivindicam do governo esclarecimentos e seus direitos.

Encerrou-se assim o curto período de capitalização política do governo, em cima do projeto, o qual cada vez

Acuado pela onda de protesto popular contra o engodo de anistia, e bombardeado pelo MDB na comissão mista do Congresso que trata do assunto, o governo trata de abreviar a tramitação do projeto, pondo rédea curta nos arenistas vacilantes ao mesmo tempo em que já acena com alterações na fórmula original.

Por Robinson Ayres



**EM TEMPO:**

9 A 15 DE AGOSTO DE 1979 — N.º 76

mais está carecendo de agilidade. As alternativas parecem que não são muitas.

A trajetória do governo, mais provável, parece ser a de aprovar um projeto que, no mínimo estenda os benefícios até o dia de sua promulgação, e facilite a reintegração dos punidos a seus postos e cargos. Para "resolver" os problemas daqueles que não foram atingidos, medidas como o indulto são, imediatamente prováveis.

Caso contrário o regime corre o risco de perder o controle sobre os seus parlamentares que poderão ser

levados, pela pressão popular, a votar o projeto de anistia da oposição. Isto, acrescido dos necessários esclarecimentos sobre o terror dos tempos da ditadura, cada vez mais cobrados levará o governo a um desgaste a que ele não está disposto a se expor. É certo que o governo está sendo levado às cordas pela pressão popular.

Na última quarta-feira, num ato nacional pela anistia, o povo foi mais uma vez às ruas protestando contra o projeto e denunciando a abertura do regime, manifestando total solidariedade aos presos políticos em greve de fome.

A Ação Declaratória proposta em 31 de julho último, pela mãe de Luiz Eduardo Rocha Merlino, responsabilizando o governo pelo assassinato de seu filho nas dependências do DOI-CODI-SP em julho de 1971, vão se somar, brevemente, medidas semelhantes encaminhadas pelos familiares de João Batista Drumond (assassinado em novembro de 1976, no alto da Lapa) e de Joaquim de Alencar Seixas, também assassinado pelo DOI-CODI-SP, em 17 de abril de 1971. Aldo Arantes, hoje preso político em São Paulo, também vai responsabilizar a União pelas torturas que sofreu, quando da sua prisão junto com Drumond em 76.

A recente denúncia do sequestro, na Argentina, de duas crianças uruguais que foram encontradas em Santiago (Chile), o que confirma mais uma vez a existência de uma rede internacional do terror no cone sul, re-

cordando o sequestro dos uruguais em Porto Alegre, deve estar preocupando o governo. E deve mesmo, pois descobriu-se que um policial que participou no sequestro, arrependido, está disposto a abrir o jogo. E não demora muito.

A anistia está ganhando as ruas e sua popularização será fortalecida pela integração da bandeira da anistia para os sindicalistas atingidos pelas 536 intervenções promovidas em sindicatos no período de 64-70. Prepare-se, neste sentido, para abrir campanha pela anistia de 10 mil lideranças sindicais impedidas, vitimadamente, de ocupar cargos eletivos em suas entidades. Além disso a luta pela readmissão e indenização de trabalhadores demitidos por razões políticas deverá aprofundar o caráter popular da anistia.

As manobras que os estrategistas do planalto estão urdindo certamente não serão suficientes para dar ao governo o domínio das iniciativas. Podem relativizar o desgaste mais imediato, mas a anistia que o povo requer exige muito mais, inclusive o desmantelamento dos aparelhos de repressão.

## A situação dos grevistas

Em greve de fome desde o dia 22 de junho, os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, conquistaram, já, a adesão de vários companheiros. Até o momento a situação nos presídios é a seguinte:

**Presídio Milton Dias Moreira (Rio de Janeiro)** - Os 14 presos políticos, em greve de fome há 19 dias, apresentam-se em bom estado físico, psicológico e com moral elevado. No último fim de semana, foram visitados por parlamentares do MDB, membros da comissão mista do Congresso, que está examinando o projeto de anistia, e por 8 líderes sindicais.

**Instituto Penal Paulo Sarasate (Ceará)** - Alimentando-se somente com água, sal e açúcar, três dos quatro presos políticos recolhidos naquele presídio estão em greve de fome desde domingo, dia 5 de agosto, ao meio-dia. Marcaram o início de seu protesto com a seguinte declaração encaminhada à imprensa: "A nação está exigindo uma anistia ampla, geral e irrestrita, porque sua conquista será um passo importante para que sejam asseguradas, a todas as pessoas, amplas liberdades democráticas". O quarto preso, Waldemar Rodrigues de Menezes, não participou do protesto por estar hospitalizado.

**Colônia Penal Feminina do Bom Pastor (Pernambuco)** - No dia 28 de julho as presas políticas Selma Bandeira Mendes e Maria Aparecida dos Santos, que não vão entrar em greve por motivos de saúde, declara-

ram sua solidariedade aos companheiros que estão em greve: "somos favoráveis a uma tomada de posição dos presos políticos que vá até a greve de fome".

**Presídio da Ilha de Itamaracá (Recife)** - A greve de fome dos presos políticos de Itamaracá foi declarada no dia 30 de julho. Numa carta dirigida a todos os interessados na luta em defesa da anistia, dos direitos e da dignidade da pessoa humana, afirmam que "não será por omissão nossa que o governo continuará encenando a comédia da pacificação, depois de haver ludibriado o país, colocando um pacote de discriminação e ressentimentos no lugar de um projeto de anistia".

Dos 10 presos que subscrevem o documento, somente dois (Samuel Firmino de Oliveira e Francisco Ferreira de Lima) não estão em greve de fome por motivos de saúde.

**Presídio Político do Barro Branco (São Paulo)** - Depois de muito debate, os presos políticos formaram duas opiniões e decidiram duas datas para o início da greve. Cinco acham que é importante iniciar o movimento imediatamente, para que funcione como pressão sobre o Parlamento já na fase de apresentação de emendas e do substitutivo ao projeto do governo e entrarão em greve no dia 8; Aldo Arantes, Francisco Cirilo, Aton Fon e Carlos Eduardo Soares. Os demais pensam que a greve só se justifica como meio de pressão no período da deliberação sobre o projeto e iniciarão a greve no próximo dia 13.

## Substitutivo do MDB

### ainda insuficiente

Enquanto o MDB trabalha o substitutivo ao projeto de anistia do governo, o senador Jarbas Passarinho reafirma que o regime não abre mão de seu projeto

Na noite de terça-feira, 7 de agosto, o senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) se reuniu, a portas fechadas, com os membros de sua bancada. O propósito era claro. A desorientada participação dos parlamentares do seu partido no debate da anistia estava preocupando o governo. Como é melhor remediar do que curar, o líder da Arena no Senado foi pôr ordem na casa.

Afirmando que o regime não abre mão do espírito de seu projeto original, enviado ao Congresso no final de junho, Passarinho lembrou que uma eventual ampliação da abrangência da anistia não deve incorporar os casos não previstos anteriormente. Eis o recado.

A intransigência governamental na defesa de seu arbitrário projeto foi marcada, na reunião da Comissão Mista do Congresso, responsável pela discussão da matéria, realizada na tarde de terça-feira, pela promoção de tumultos e provocações contra os parlamentares do MDB. Os arenistas, praticamente, abandonaram a comissão quando viram frustrados os seus esforços em levar seu presidente, senador Teotônio Vilela, a abandonar a organização de sub-comissões responsáveis pela visita aos presos políticos e a convocação da ABI, OAB, CNBB e outras entidades para prestar depoimentos junto à comissão.

Diante de tudo isto, uma conclusão é obrigatória. As possibilidades de um congresso controlado por um partido governamental, servil como a Arena, vir a aprovar qualquer projeto de anistia ampla, geral e irrestrita é remotíssima. Aos mais ingênuos, sugerimos dar adeus às suas ilusões. Desde já, para que não so-

fram muito. Os movimentos e as entidades de massa estão levando para as ruas um projeto de anistia que o parlamento meterá na gaveta.

## Substituição da oposição

A redação final do substitutivo que a oposição pretende apresentar ao projeto de anistia do governo seria discutida na quinta, 9, em reunião das bancadas com a direção nacional, os líderes e os representantes do MDB na comissão mista do Congresso que estuda a matéria. Sua divulgação estaria prevista para sexta-feira, 10.

O ante-projeto do substitutivo, elaborado pelo senador Teotônio Vilela, pelo jurista Dalmo Dallari, o ex-deputado Raphael de Almeida Magalhães juntamente com membros da direção do partido, prevê anistia a todos os que cometerem "crimes políticos e conexos" até a data de vigência da lei, entendendo por conexos "aqueles cometidos por motivos políticos, além dos praticados para facilitar a execução, ocultar ou conseguir a impunidade de crime político". Esta anistia, de acordo com o substitutivo, "extingue as penas acessórias, determinando, inclusive, a reintegração do servidor público, nos termos da legislação comum, e a cessação dos efeitos de suspensão dos direitos políticos".

Este dispositivo prevê, ainda, que os beneficiados serão reintegrados na data da lei, independentemente de comissões especiais como prevê o projeto do governo. Será contado como de efetivo exercício, o tempo corrido desde o ato da punição, para todos os efeitos legais "inclusive o de gozarem das promoções por antiguidade a que teriam feito jus, desde a data em que elas teriam vigorado".

O substitutivo prevê, também, que a Polícia Federal deverá apurar as circunstâncias do desaparecimento de pessoas envolvidas em atividades políticas, mediante representação de parente ou cônjuge.

## As omissões do MDB

Apesar de os encarregados da elaboração do ante-projeto de substitutivo terem-se esforçado por absorver, em contatos com os presos políticos e com as entidades e movimentos que lutam por uma anistia ampla, geral e irrestrita, as propostas mais sintonizadas com os anseios populares, o ante-projeto emendabilista, pelo que já foi dado conhecer, padece ainda de omissões fundamentais. Por exemplo, somente contempla o caso de estudantes punidos por razões políticas, com base na Lei de Segurança Nacional, dos dirigentes sindicais afastados de suas entidades, vítimas de intervenções com base na CLT, e dos trabalhadores demitidos por razões políticas (participação em greves, direções de comissões de fábricas), cujos motivos foram sempre escamoteados por motivos trabalhistas.

O substitutivo se esquece dos estudantes punidos pelos Decretos 477, 228 e regimentos internos das universidades. A fim de se ter uma idéia da quantidade de atingidos, basta recordar que no período de 1969 a 1978, 245 estudantes foram punidos com base no Decreto 477.

As omissões deve-se acrescentar que o substitutivo do MDB não trata da punição dos torturadores e nem tampouco do desmantelamento dos aparelhos de repressão. Reivindicação fundamental, sem o que a anistia se transforma em liberdade vigiada. Mais do que isto, os anistiados viverão permanentemente ameaçados.

## Direto do presídio Paulista:

### não recorreremos ao indulto

Um debate com os presos políticos de São Paulo antes da sua greve sobre o projeto de anistia do governo e a campanha atual depressão sobre o Congresso Nacional.

Terroristas? A tortura foi uma instituição neste país, o verdadeiro terrorismo, e foi contra isto que nos levantamos através da luta armada. É a resposta de Altino Dantas Junior, um dos presos políticos de São Paulo, quando perguntado: o que acha da acusação de terroristas que o governo lança sobre vocês? Preso desde 71, ele arremata dizendo que "peremptoriamente, não recorreremos ao indulto", a forma canhesta que o regime acena para num segundo momento, "anistiar" os que pegaram em armas.

Aldo da Silva Arantes, preso desde 76, condenado a 5 anos e com liberdade condicional negada recentemente no STM através de voto decisivo do general Dilermando Monteiro — comandante do II Exército na época de sua prisão, da qual resultou inclusive morte de vários companheiros — afirma que "a luta armada foi uma forma de luta contra o regime ditatorial", legítima portanto. Para ele, o projeto de anistia do regime é "capenga", tanto do ponto de vista político como jurídico.

O que fazer? "O momento é de pressão do movimento popular reprimido o projeto", argumenta Aldo. Como? Contraopondo "um substitutivo, demarcando assim claramente com as posições do regime". Para Aldo é hora do MDB levantar a posição clara de "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita". No entanto, pode ser vantajoso também a apresentação de emendas, "naquilo que é essencial", para isolar a minoria anti-democrática e "talvez, ampliar a possibilidade de vitória", conclui Aldo.

## "Não podemos provocar"

Esta posição não é consensual entre os presos. Por exemplo, Nelson Chaves dos Santos, o preso mais recente no presídio — preso em 3-79 — concorda no diagnóstico: "o projeto do governo é restritivo, vingativo e casuístico ao determinar que

quem deve pagar são os condenados". Devemos repudiá-lo, afirma Nelson mas, principalmente, "exploramos suas contradições para se criar um consenso nacional de repúdio à proposta do governo".

Quanto à questão do substitutivo ou das emendas, Nelson argumenta que "de servir ao regime, dividindo a oposição, a decisão, agora, sobre qual política adotar diante do projeto. Enfatizar o substitutivo é afastar os vacilantes; um projeto alternativo pode cristalizar as posições contrárias e dificultar assim o consenso", arremata Nelson.

Para Aton Fon Filho, preso em 69 e com 80 anos de pena dificilmente reduzíveis com base na nova Lei de Segurança Nacional, o projeto do governo está "na linha de institucionalização do regime, da meia democracia". Para ele, não há outro motivo para a diferença entre condenados ou não, senão para fazer o projeto capaz de absurdamente "anistiar os torturadores". Mas, apesar da força toda do regime, para Aton é importante "a pressão, mesmo que só para marcar posição". E termina dizendo que o "governo já começa a admitir emendas, ao contrário do que afirmava antes".

Manoel Cirillo de Oliveira Netto, preso em 69, acusado de participação no sequestro do embaixador americano e condenado a 52 anos, aponta o fato do projeto "ferir o princípio constitucional da isonomia": "veja-se: o Gabeira assume que participou do sequestro e é anistiado, enquanto eu não passo pelo projeto" — deixando claro contudo que nada tem contra a anistia do Gabeira, muito pelo contrário.

## A pressão ainda é pouca

Segundo Diógenes Sobrosa de Souza, preso há 9 anos, condenado a morte, depois prisão perpétua e, atualmente, com apenas 35 anos, é um "escândalo nacional este projeto

do governo, sob todos os pontos de vista: "no Brasil nunca houve terrorismo de esquerda".

"O projeto do governo é inaceitável. Mas somente a participação popular é que será decisiva para chegarmos à anistia ampla, geral e irrestrita", comenta Gregório Mendonça, condenado a 29 anos de prisão.

Monir Tahan Sab, com 34 anos de pena, diz que o governo não consegue esconder o absurdo de seu projeto: a anistia é só para os crimes políticos. "Mas pergunto: excluir aqueles que pegaram em armas contra o regime é reconhecer a resistência política que estes mesmos tentaram contra este próprio regime". O que o governo nega numa linha, termina escapando na outra, afirma Monir.

Para Ricardo Zaratini Filho, preso pela segunda vez em 78 e condenado a 3 anos "é somente a mobilização das massas que pressionando o Congresso para as modificações necessárias que vai definir se partimos para a tática das emendas ou do substitutivo".

No entanto, David Gôngora Junior, preso em 78 e condenado a 9 anos acredita que a "mobilização atual das massas ainda não é o bastante para se atingir a anistia ampla, geral e irrestrita". E precisa muito mais do que isto que estamos vendo, pois o regime ainda detém toda a força, diz David.

E é na mesma linha que termina o debate Francisco Gomes da Silva, operário preso em 69, cujo irmão morreu sob tortura na mesma época: "a classe operária não sabe ainda o que é a anistia ampla, geral e irrestrita. E como ela, o povo em geral. Eu mesmo durante muito tempo não tinha uma idéia clara a respeito". O fundamental está na pressão popular que se possa fazer sobre o Congresso, conclui Francisco.